

3. Importância do trabalho para:-

3.1. Equipe

Permitiu acesso a um conjunto de informações não disponíveis de outra forma e permitiu influenciar na tomada de decisões estratégicas.

3.2. PATE.

Permitiu uma colaboração mais eficiente aos esforços de racionalização do trabalho educacional;

3.3. Secretaria de Educação

Permitiu à Secretaria contar com uma colaboração desvinculada de questões político-partidárias e pessoais locais, além de institucionalmente apoiada.

2.02. Assessoria à Coordenação da Reforma Administrativa

1. Duração Período de permanência da equipe.

2. Principais dificuldades encontradas.

- a) Insuficiência de recursos financeiros;
- b) Falta de crença na Reforma Administrativa, e pouca motivação do funcionalismo para a mesma;
- c) falta de visão de conjunto dos técnicos encarregados de trabalhar na Reforma.
- d) falta de definição quanto a vários pontos, pelos órgãos interessados e com poder decisório.

3. Importância do trabalho para:

3.1. Equipe

Permitiu conhecimento mais amplo da situação administrativa da Secretaria e influenciar, de modo específico, no sentido de um aumento da eficiência.

3.2. P.A.T.E.

Permitiu influenciar, de modo direto e imediato, no sentido de um aumento da eficiência da máquina administrativa.

3.3. Secretaria de Educação

Colaboração de elemento sem interesse estabelecido na situação pré-existente.

PRIMEIRA PARTE:-

1. Súmula das tarefas realizadas pela equipe com relação a cursos:

A não ser por uma substituição da professora de Administração Escolar, em duas aulas, no Curso de Administração Escolar (Convênio - - SUDENE-USAID - Estado do Maranhão) não houve participação direta em atividades de docência.

A participação em planejamento de cursos ocorreu em nível de inclusão em planos de aplicação e no orçamento estadual.

SEGUNDA PARTE:-

2. Apreciação crítica das tarefas especiais realizadas pela equipe, obedecendo os tópicos seguintes:

2.01. Coordenação da Assessoria de Planejamento

Duração: 16 de junho a 21 de dezembro (data de partida da equipe)

No período, o elemento da equipe respondeu, oficialmente, pela -
Coordenação;

Principais dificuldades encontradas:

- a) (As dificuldades foram do órgão; não propriamente do exercício da Coordenação) - Pequeno número de pessoas aptas às tarefas - de assessoria e programação, em trabalho efetivo na Assessoria. Nesse nível, os elementos do PATE representaram, usualmente, de 40 a 50% da força de trabalho. Isso prejudicou a qualidade e a quantidade do trabalho realizado, impediu a realização de outros e prejudicou a consolidação de uma mudança nos métodos de trabalho;
- b) ausência de uma filosofia e política educacional, explicitadas em nível operacional;
- c) dificuldades de ordem financeira, parcialmente decorrentes de problemas na execução do orçamento estadual, obrigando a um grande dispêndio de tempo com problemas imediatos;
- d) resistência passiva de diversos órgãos incluírem em sua rotina de trabalho o preparo de um relatório mensal, exigido por disposição legal, obrigando à designação de um elemento da Assessoria para conseguir o documento.

2.03. Coordenação do Projeto "Centauro".

1. Duração - Período de permanência da equipe (Coordenação oficial)

2. Principais dificuldades encontradas

a) Dificuldades de ordem financeira, de correntes da demora na definição, por parte da Secretaria, de vários pontos. Isso ocasionou demora inconveniente na elaboração e apresentação de plano de aplicação dos recursos destinados ao Projeto;

b) Indefinição de áreas de competência.

3. Importância do trabalho para:

3.1. Equipe -

Participar no trabalho de expansão do ensino superior como esforço próprio do Estado.

3.2. P.A.T.E.

Colaborar com a expansão pelo Estado, do ensino superior, influenciando uma melhoria do ensino médio,;

3.3. Secretaria de Educação

Receber colaboração:-

a) desvinculada das questões locais relacionadas com a criação e implantação da escola decorrente do Projeto;

b) não alheia à problemática do ensino superior.

2.04. Coordenação da Reformulação do Currículo e Programa do Ensino Primário.

1. Duração:- Período de permanência da equipe, embora durante os primeiros três meses não tenha sido a única tarefa do elemento encarregado; isso fez, por vezes, que o trabalho fosse interrompido.

2. Principais dificuldades encontradas:

a) Falta de papel em quantidade adequada no tempo requerido;

b) Deficiência do serviço de datilografia;

c) Modo e época de supressão da 5ª. série primária nas escolas estaduais.

3. Importância do trabalho para:

3.1. Equipe

a) Ampliação dos contatos da equipe com órgãos que atuam no Estado;

b) Ampliação da influência direta sobre o trabalho a ser realizado e o modo de fazê-lo.

3. Importância do trabalho para
- 3.1 Equipe
- a) Influência imediata e direta sobre as ações a serem desenvolvidas pela Secretaria em 1969;
 - b) Visão de conjunto e visão específica sobre as ações a serem desenvolvidas pela Secretaria em 1969;
- 3.2 P.A.T.E.
- Prestação de assistência técnica na elaboração da proposta orçamentária para 1969.
- 3.3 Secretaria de Educação
- a) Recepção de assistência técnica;
 - b) Maior facilidade em continuar a implantação de novos métodos de trabalho, tendo em vista a elaboração da proposta orçamentária pela Secretaria.
- 2.07. Elaboração do projeto relativo ao Convênio Plurianual com o MEC
- O projeto não chegou a ser elaborado.
- 2.08. Coordenação dos trabalhos relativos à publicação da revista do Conselho Estadual de Educação
1. Duração
- Aproximadamente dois meses
2. Principais dificuldades encontradas
- Desorganização do arquivo do Conselho Estadual de Educação.
3. Importância do trabalho para
- 3.1 Equipe
- a) Atuação direta junto ao Conselho Estadual de Educação.
- 3.2 P.A.T.E.
- Atuação direta junto ao Conselho Estadual de Educação, ampliando sua área de atuação no Estado.
- 3.3 Secretaria de Educação
- a) Ter realizado trabalho - será o 1º número da revista - que representa a atuação do Conselho Estadual de Educação, e que servirá de fonte de consulta obrigatória para ela - Secretaria - e para as unidades componentes do sistema estadual de educação, atuais e futuras.
- 2.09. Assessoria à organização do Centro de Ensino Médio
1. Duração
- Cerca de três meses, não seguidos (períodos intermitentes).
2. Principais dificuldades encontradas
- a) Algumas decisões básicas com relação à criação e instalação do Centro foram tomadas sem discussão prévia suficientemente ampla. Por exemplo de circuito fechado de TV como principal técnica de ensino e uso das instalações apenas para o ensino médio;

3.2 P.A.T.E.

Colaborar na execução de um trabalho de renovação do ensino, atuando sobre um ponto geralmente considerado importante fator de evasão e reprovação.

3.3 Secretaria de Educação

Contar com uma colaboração:

- a) desvinculada de um conjunto de problemas locais
- b) capaz de fazer executar o trabalho, de acordo com as normas recomendadas por órgãos como a UNESCO, procedendo igualmente a uma adaptação às condições locais de serviço;
- c) dotada de senso de continuidade (o trabalho foi iniciado em 1967)

2.05. Elaboração de Planos de Aplicação

1. Duração - Período de permanência da equipe.

2. Principais dificuldades encontradas

- a) Pequeno número de elementos para desempenho das tarefas;
- b) Deficiência de documentação (cadastros);
- c) Dificuldades de comunicação e demora em tomada de decisões ocasionando escassez de prazo para elaboração de alguns dos planos.

3. Importância do trabalho para

3.1 Equipe

Conhecimento e influência sobre as atividades da Secretaria, servindo como meio para uma colaboração no sentido de aumentar-se o grau de racionalidade da ação educacional.

3.2 P.A.T.E.

Colaboração nas atividades de cúpula da Secretaria e no sentido de aumentar-se o grau de racionalidade da sua ação (da Secretaria)

3.3 Secretaria de Educação

Contar com colaboração desvinculada das questões locais, com experiência de vida diferente e com reforço da sua força de trabalho.

2.06. Elaboração do Orçamento do Estado para 1969

1. Duração

Aproximadamente dois meses.

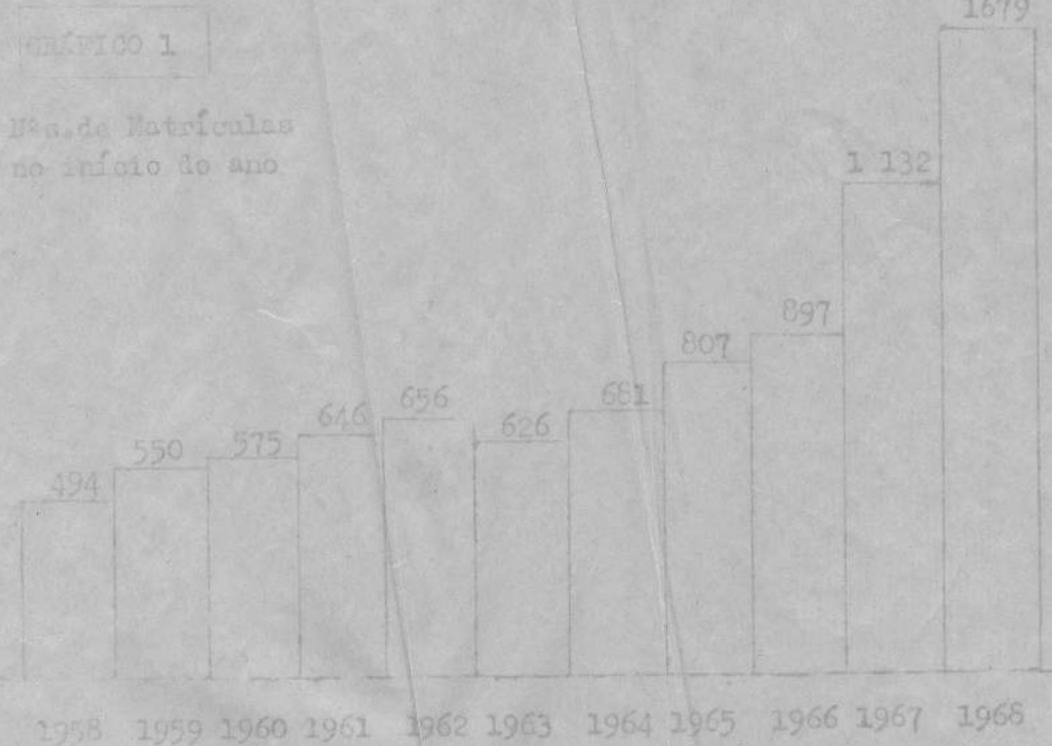
2. Principais dificuldades encontradas

- a) Dados não só precários como, muitas vezes, variando com a fonte;
- b) Defasagem entre a adoção do Orçamento-Programa e a penetração do seu espírito, por igual, nas várias unidades orçamentárias da Secretaria;
- c) Falta de definição prévia da Secretaria quanto a vários pontos a serem contemplados na proposta orçamentária;
- d) Ausência do titular da Pasta quando da elaboração da proposta orçamentária.

ENSINO SUPERIOR ESTADUAL DO MARANHÃO (1)

Funcionam atualmente no Estado dez escolas de ensino superior, todas localizadas na Capital. Deste total, integram a Fundação Universidade do Maranhão as seguintes faculdades: Ciências Econômicas, Direito, Enfermagem, Filosofia, Ciências e Letras, Farmácia, Medicina, Odontologia e Serviço Social. As escolas de Engenharia e Administração, criadas em 1966, são mantidas pelo Governo Estadual. No todo, estas dez escolas ministram 14 cursos, congregando 1679 alunos matriculados no início do ano, total que representa em relação a 1959 um significativo aumento de 194%.

A evolução das matrículas nos cursos superiores, nestes últimos dez anos, segundo os principais ramos de especialização, pode ser acompanhada na tabela A.



(1) Extraído do trabalho "Ensino no Estado do Maranhão, 1958-67", Série "Estatísticas Maranhenses" n.º 2, que brevemente será publicado pelo DEE. O texto foi revisado e atualizado por Paulo Assis Marchesini, José de Ribamar Pinheiro Franco e Suely Domingues da Silva.

De outras fontes:

• Diário Oficial - 13/5/69

Reorganiza a Secretaria da Educação e Cultura, dispõe sobre o Conselho Estadual de Educação e sobre o Conselho Estadual de Cultura das outras providências - 3 exemplares

• Relação dos Coordenadores, chefes, diretores e presidentes de órgãos da Secretaria de Educação Cultural do Estado do Maranhão - 8 exemplares

• Aspectos Estatísticos da Realidade Educacional do Maranhão - 1969 - Secretaria Ed. e Cultura - Grupo de Estatística e Controle - 1 exemplar

• Programa de Reestruturação e Modernização do Sistema Estatístico Estadual - Departamento Estadual de Estatística - 1969 - 1 exemplar

• Relatório do Estado do Maranhão - Secretaria do Estado dos Negócios da Educação e Cultura - Assessoria de Programação e Orçamento em colaboração com os órgãos - Projetos da SENECA - 1969 - 1 exemplar

• Ensino Superior no Estado do Maranhão - 1969 - Extraído do trabalho "Ensino no Estado do Maranhão - 1955 - 1969", ser-publicado na "Série Estatísticas Maranhenses" nº 2 - public. do DEE - 1 exemplar

• Número de bolsistas perseguidos pelo INEP - Maranhão - 1958 a 1969 - 1 exemplar

• Informativo - Dep. Estadual de Estatística - SUDEMA - abril, maio e julho - 1 de cada

• Pesquisa Sisu - Educacional do Maranhão - 1 exemplar
S. E. C. do Maranhão - DEE - SUDEMA -
" do Piauí - CODESE - Piauí

• Programa de Trabalho sugerido à Equipe de Levantamento e Diagnóstico do S.A.T. no Maranhão - Sr. Van Gersdorff - 5 exemplares

• Informações sobre o Estado do Maranhão necessárias ao atendimento do pedido de assistência técnica

Relação de Documentos

Do PATE:

- Relatório final - 1967 - 1 exemplar
- Relatório final - 1968 - 1 exemplar
- Material sobre cadastro:
 - a) - 1967 - 1 exemplar
 - b) - 1967 - 1 exemplar
- Levantamento sócio-econômico - 1967 - 1 exemplar
- Análise estatística do ensino primário - 1967 - 1 exemplar
- Diretrizes da ação educacional oficial no Maranhão - 1967 - 1 exemplar
- Mapa do Maranhão e planta da Cidade da Cidade de S. Luís -
- 1965 - 1 exemplar
- Documento com as seguintes informações:
 - Quota de custo de aluno no Estado (E2 a E6)
 - Critério estabelecido para obtenção de custo do aluno (E. primário, secundário e ensino médio)
 - Renda "per capita" do Estado - 1960
 - Orçamento do Estado
 - Arrecadação do Estado no período de 5 anos
 - População da Capital - índice de crescimento - 66 a 70
 - Notas
 - Anexos despesas - 1967 - 1 exemplar
- Questionário para levantamento preliminar de informações que permitam a delimitação da forma e do valor de cooperação que deverá ser prestada a essa Unidade de Educação, no decorrer de 57. - 1 exemplar
- Anexos do relatório individual da prof. Terezinha Almeida (1 exemplar)
- Modelos de fichas:
 - a) vida funcional dos servidores da S.E.
 - b) controle de cargos e lotação dos servidores da S.E.1 exemplar de cada.

4º dia: 8,30 às 13,00

14,00 às 18,30

Reunião só com os grupos n.ºs. 1 - 11 e 15.

Finalidade: Problemas de ensino médio e de treinamento de adolescentes.

- I. Mesmos itens de anterior e mais;
- II. Orientação profissional e serviços prestados e ainda não prestados pelas agências de trabalho;
- III. Ginásios polivalentes ou orientados para o trabalho;
- IV. O ginásio como continuação da escola primária;
- V. Último ano propedêutico ou sistema de vestibular desejável; acesso à Universidade em geral;
- VI. Orientação e financiamento das bolsas;
- VII. Treinamento profissional para os jovens analfabetos e para os jovens que só terminaram ou não terminaram o curso primário, ginásial e colegial clássico;
- VIII. Alfabetização e treinamento de adultos nas escolas primárias e médias;
- IX. Colégios agrícolas e industriais; formação e aperfeiçoamento do magistério no ensino médio; cursos pós-colegiais de curta duração (formação de engenheiros de operação, etc.).

- XVII. Problemas de nutrição e higiene (água, instalações sanitárias, esgotos ou fossas sépticas);
- XVIII. Articulações SEC-municípios, escolas e universidades-estado e comunidade;
- XIX. Problemas de transportes escolares;
- XX. Problemas de falta de equipamento durável e de material didático não durável nas escolas; conservação e conceito de material;
- XXI. Problemas de ensino agrícola, industrial e comercial dos adolescentes e adultos;
- XXII. Problemas de articulação entre os vários níveis e ciclos de educação;
- XXIII. Problemas de supervisão dos sistemas municipais, estaduais, federais e particulares de ensino;
- XXIV. Calendário escolar;
- XXV. Censo Escolar de 1964, Plano Nacional de Educação, Operação-Escola, Escolas João de Barros, Escolas Bandeirantes.

2º e 3º dias: 8,30 hs - 13,00 hs
14,00 hs - 18,30 hs Reunião com os grupos nºs 1 - 11 e 15.

Finalidade: Problemas do ensino primário, principalmente:

- I. Coleta, análise e arquivamento de dados;
- II. Projeções;
- III. Identificação de objetivos, metas políticas e medidas;
- IV. Elaboração de um plano estadual, inclusive financiamento;
- V. Desdobramento em projetos, sub-projetos, programas de trabalho e atividades individuais;
- VI. Acompanhamento e avaliação da execução de projetos e programas de trabalho, reajustamento às novas situações;
- VII. Articulação com o ensino médio;
- VIII. Formação e aperfeiçoamento do magistério;
- IX. Currículos;
- X. Supervisão e orientação educacionais;
- XI. Deficit escolar no ensino primário.

Distribuição: material sobre a operação-escola, etc.

FINALIDADE:

- I. Identificar problemas no âmbito da educação, cultura e mão-de-obra, como por exemplo;
- II. Falta de mão-de-obra ou mão-de-obra desempregada e sub-empregada em certos setores;
- III. Falta de nível de educação e de treinamento (adolescentes e adultos insuficientemente educados e treinados);
- IV. Falta de dados e de informações ou coleta de dados considerados inúteis; coleta, análise, uso e arquivamento de dados;
- V. Falta de organização e de coordenação em certos setores e níveis de educação; problemas de elaboração, execução, controle, avaliação e ajustamento de planos educacionais;
- VI. Falta de projetos para fornecer emprêgo ou emprêgo em tempo integral;
- VII. Níveis de salários demasiadamente baixos para professores e administradores no setor educação, cultura e mão-de-obra;
- VIII. Falta de recursos para aumento de salários dos professores, para bolsas e para investimentos prioritários;
- IX. Falta de habitação, segurança e de atividades culturais para professores e outros profissionais nas 4 zonas escolares;
- X. Problemas de acesso à educação, de matrícula tardia, exames (reprovações, promoção automática ou semi-automática), repetência e evasão; classes de recuperação; séries simultâneas e rodízio escolar;
- XI. Problemas de elaboração e conteúdo dos currículos, visando à formação de cidadãos democráticos e desenvolvimentistas (educação cívica);
- XII. Problemas de formação e aperfeiçoamento do magistério e do pessoal não-docente;
- XIII. Problemas da utilização de novos meios de ensino: rádio, televisão, filmes, instrução programada, ensino por correspondência;
- XIV. Problemas de treinamento dos funcionários em técnicas de planejamento educacional;
- XV. Problemas de analfabetismo;
- XVI. Falta de prédios escolares; necessidades de consertos, manutenção e ampliação de prédios existentes e de seu financiamento; respostas ao questionário da Sr.^a Zenaide Schultz;

PROGRAMA DE TRABALHO SUGERIDO À EQUIPE DE LEVANTAMENTOS E DIAGNÓSTICO DO S.A.T.

NO MARANHÃO

por R.v.Gersdorff,

Planejador Educacional, UNESCO

Rio, 25 de agosto de 1969

1º dia: 18,30 hs às 13,00 hs

13,00 hs à 18,30 hs

Reunião com:

- 1 . Secretaria de Educação, especialmente o grupo de planejamento.
- 2 . Conselho Estadual de Educação.
- 3 . Departamento Estadual de Estatísticas.
- 4 . Inspetoria Regional do IBGE.
- 5 . SUDENA (D.R.N.).
- 6 . Secretaria de Trabalho (Departamento de Mão-de-Obra).
- 7 . Agências de Trabalho.
- 8 . Universidade.
- 9 . Associações de professores.
10. Associações de pais e mestres.
11. Associações e clubes da juventude (por exemplo escoteiros, clubes agrícolas, 4 H., etc.).
12. Câmara de Comércio e Associação Comercial.
13. Federação das Indústrias e seu Centro de Produtividade
14. Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura e Confederação Regional da Agricultura.
15. Representantes das várias crenças religiosas.
16. Associações culturais e desportivas.

1

2. a) dedicassem alguma atenção ao estudo do modo como são tomadas as decisões na administração educacional;

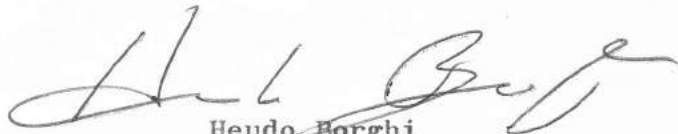
e) dessem atenção maior ao treinamento de administradores — administração superior e média — das Secretarias de Educação.

f) fizêsem um estudo crítico das atividades do P.A.T.E. e da orientação que resultou na existência do P.A.T.E. tal como existe atualmente

3. Sugestões à Coordenação com vistas ao desenvolvimento do Programa em 1 969

1. Na ata da reunião de novembro já constam algumas sugestões. (*) ?
2. Parece conveniente que os estagiários:
 - a) dedicassem alguma atenção do estudo do processo de tomada de decisão na administração educacional;
 - b) dedicassem maior atenção que a usual aos meios de comunicação de massa e seu emprêgo no trabalho educacional;
 - c) considerassem modos alternativos de formação de professores para o ensino médio;
 - d) dedicassem alguma atenção ao problema de elaboração de uma política de formação de mão-de-obra, em vários níveis de qualificação e especialização e à metodologia do estudo de recursos humanos;
 - e) dessem atenção maior que a usual ao problema de desenvolvimento de executivos;
 - f) fizessem um estudo crítico das atividades do P.A.T.E. e da orientação que resultou na elaboração do "modelo". ?
3. Fazer, refazer ou auxiliar esforços em curso no sentido de que o P.A.T.E. ultrapasse sua fase de "modelo" em demonstração de viabilidade. ?

São Paulo, de janeiro de 1 969.



Heudo Borghi

Chefe de Equipe

José Inaldo de Godoy

Thaís de Almeida Dias

Maria de Lourdes Bodini

(*) - Em reunião de 19/11/1968, em S. Luís, os elementos da equipe sugeriram que, em 1 969:

- a) houvesse assessoramento à atual Divisão de Ensino Primário;
- b) acompanhamento à implantação e experimentação do novo programa de ensino primário, assim como para coordenação ou assessoramento ao grupo encarregado da elaboração de livros textos.
- c) assessoramento na área do ensino médio, mas por mais de um só elemento do P.A.T.E.

- b) Dificuldades em chegar-se a uma decisão sôbre pontos importantes para o desenvolvimento dos trabalhos;

3. Importância do trabalho para:

3.1 Equipe

Estar participando em um trabalho julgado importante pela Secretaria e que apresentava inovações quanto às técnicas de ensino, oferendo além disso, material para a reflexão pedagógica e filosófica.

3.2 P.A.T.E.

Colaborar em um trabalho julgado importante pela Secretaria e acompanhar melhor parte dos esforços para melhoria do ensino médio no Estado.

3.3 Secretaria de Educação

Receber uma colaboração de elementos que já se haviam ocupado da problemática do ensino médio em seu conjunto e com experiência de vida diversa da dos outros elementos.

2.10. Estudos relativos à elaboração do Estatuto do Magistério

O Estatuto, prôpriamente, dito, não chegou a ser elaborado. Chegou-se à redação preliminar de um documento ordenando as reflexões a respeito.

3. Importância do trabalho para:

3.1 Equipe

Prestar uma colaboração capaz de prevenir a ocorrência de problemas vários relativos a pessoal.

3.2 P.A.T.E.

Prestar uma colaboração capaz de prevenir a ocorrência de problemas vários relativos a pessoal.

3.3 Secretaria de Educação

Receber um trabalho que, após suficientemente debatido, pode prevenir a ocorrência de problemas vários relativos a pessoal.

2.11. Participação no Encontro sôbre Currículo e Supervisão promovido pelo INEP/EATEP, em Recife.

1; Duração - 17 a 22/6/68

3. Importância do trabalho para

3.1 Equipe

- a) melhor acompanhamento dêsse tipo de atividade;
- b) melhor conhecimento das atividades desenvolvidas em outros Estados;

3.2 P.A.T.E.

- a) melhor acompanhamento dêsse tipo de atividade;
- b) melhor conhecimento das atividades desenvolvidas em outros Estados.

3.3. Secretaria de Educação

- a) divulgação de suas atividades;
- b) melhor conhecimento das atividades de outros Estados.

Modelos de fichas:

- n.º 1 - Vida funcional dos servidores da S.E.
- n.º 2 - Controle de cargas e lotação dos servidores da S.E.

Maranhão - 1967

Através d'êstes dados, chegamos portanto à evidência de que, de 1 000 alunos matriculados na primeira série primária, apenas 3 em média, anualmente, conseguiram concluir o curso universitário, durante êstes últimos dez anos.

Esta situação não foge, aliás, ao quadro geral do sistema educacional do Estado. Se acompanharmos turmas de alunos, desde a primeira série primária até à conclusão do curso universitário, verificaremos o alto índice de desercão que ocorre no sistema de ensino do Estado. Com base nas dez turmas analisadas na tabela D, observamos a percentagem de estudantes que se formaram em escolas de nível superior sobre o número de alunos que há quatorze anos atrás iniciaram o curso primário (ou seja, alunos que, em tese, percorreram todo o ciclo de estudos) oscila entre 0,53 e 0,18%, dando uma média de 0,32% para todo o período.

TABELA D

TURMAS	Matrículas (1) na 1ª Série do Curso Pri- mário (a)	Conclusões de Cursos U- niversitá- rios (b)	% de conclu- sões de cursos universitários sobre matrículas na 1ª sé- rie do Curso Primário (b/a)
1945 - 1958	20 774	110	0,53
1946 - 1959	25 812	68	0,26
1947 - 1960	28 555	105	0,37
1948 - 1961	34 161	120	0,35
1949 - 1962.....	41 328	132	0,32
1950 - 1963	44 297	171	0,39
1951 - 1964	37 550	120	0,32
1952 - 1965	35 451	98	0,28
1953 - 1966	45 613	81	0,18
1954 - 1967	56 048	128	0,23

FONTE - Serviço de Estatística da Educação e Cultura - MEC

(1) Matrículas efetivas.

Pelo gráfico 3, percebemos o descompasso que existe entre o crescimento do número de matrículas e o de conclusões de curso. A grande evasão verificada no ensino universitário do Estado contribui, entre outras coisas, para a elevação do custo de formação do aluno, tornando por conseguinte altamente improdutivos os investimentos efetuados pelo poder público neste setor.

GRÁFICO 3

MATRÍCULAS E CONCLUSÕES DE CURSOS UNIVERSITÁRIOS

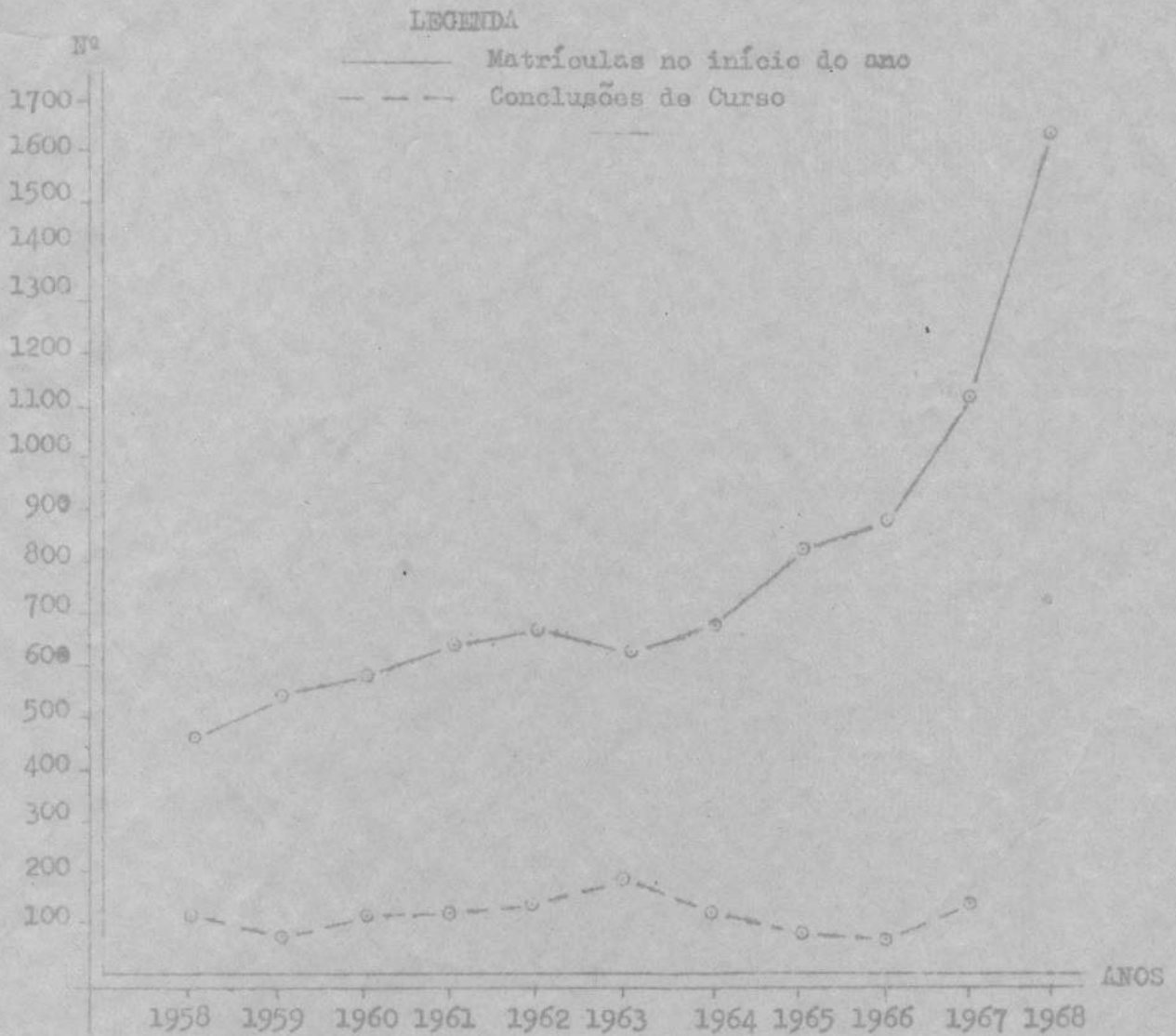


TABELA C - Conclusão de curso no ensino superior do Estado - 1959-67

RAMOS DE ENSINO	A N O S								
	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967
Ciências Econômicas	-	-	-	-	-	-	-	7	-
Direito	23	33	27	37	34	29	26	...	34
Enfermagem (geral)	8	8	6	7	6	6	6	8	...
Engenharia (civil)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Farmácia	7	14	10	11	12	10	-	6	7
Filosofia, Ciências e Letras (1)	15	32	31	58	75	33	43	33	55
Medicina	-	-	-	-	18	18	18	21	11
Odontologia	10	18	50	14	23	14	-	8	14
Serviço Social	5	-	6	5	3	10	5	5	7
T O T A L	68	105	120	132	171	120	98	81(2)	128(2)

FONTE - Serviço de Estatística da Educação e Cultura - MEC

(1) Total referente aos cursos ministrados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras: Filosofia, Geografia, História, Letras e Pedagogia.

(2) Com as imperfeições mencionadas.

NOTA - As Escolas de Administração, Ciências Econômicas e Engenharia foram criadas recentemente e não apresentando, portanto, conclusões de curso.

TABELA B - Corpo docente do ensino superior do Estado - 1959-68

RAMOS DE ENSINO	A N O S									
	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968
Ciências Econômicas	-	-	-	-	-	-	9	18	16	28
Direito	21	21	22	21	23	23	23	23	23	20
Enfermagem (geral)	33	32	32	32	36	26	25	25	29	19
Engenharia (civil)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9
Farmácia	12	12	12	12	16	20	22	24	23	27
Filosofia, Ciências e Letras ⁽¹⁾	132	78	94	104	110	145	139	134	144	133
Medicina	38	38	38	38	46	58	58	58	64	68
Odontologia	12	12	24	12	17	20	21	22	22	27
Serviço Social	23	26	22	23	20	17	17	17	21	32
T O T A L	271	219	244	242	268	309	314	321	342	363

FONTE - Serviço de Estatística da Educação e Cultura - MEC

(1) Total de professores dos cursos ministrados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras: Filosofia, Geografia, História, Letras e Pedagogia.

NOTA - Não dispomos dos dados sobre corpo docente da Escola de Administração, inaugurada em 1968.

TABELA A - Número de matrículas no ensino superior do Estado - 1959-68

Matrículas no início do ano	1959		1960		1961		1962		1963	
	N ^{os}	%	N ^{os}	%	N ^{os}	%	N ^{os}	%	N ^{os}	%
Ramos de Ensino										
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ciências Econômicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Direito	201	36,6	192	33,4	192	29,7	193	29,4	179	28,6
Enfermagem (geral)	28	5,1	30	5,2	22	3,4	23	3,5	20	3,2
Engenharia (civil)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Filosofia, Ciências e Letras (1).....	141	25,6	146	25,4	157	24,3	176	26,8	111	17,7
Farmácia	39	7,1	39	6,8	46	7,1	47	7,2	54	8,6
Medicina	54	9,8	77	13,4	102	15,8	113	17,2	137	21,9
Odontologia	64	11,6	60	10,4	97	15,0	62	9,5	60	9,6
Serviço Social	23	4,2	31	5,4	30	4,7	42	6,4	65	10,4
T O T A L	550	100,0	575	100,0	646	100,0	656	100,0	626	100,0

FONTE - Serviço de Estatística da Educação e Cultura - MEC

(1) Total de matrículas dos cursos ministrados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras: Filosofia, Geografia, História, Letras e Pedagogia.

Nº DE BOLSISTAS APERFEIÇADOS PELO INEP
NO ESTADO DO MARANHÃO
1958 - 1969

C U R S O S	L O C A L	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	TOT
17)Pesquisadores Educacionais	CRPE - SP	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
18)Recursos Audiovisuais	CRPE - SP	-	-	-	-	-	1	2	-	-	-	-	-	3
19)Didática dos E. Sociais	DAP - MG	-	-	-	-	-	1	2	2	1	-	1	-	7
20)Pap. Pes. Técn. para Sec. Est. Educação	CRPE - SP	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	2
21)Currículo e Supervisão	DAP - MG	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	2
22)Formação Prática de Ensino	CBPE - Gb	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-	3
23)Prep. Pess. Técnico Elab. apl. Av.de Planos e Programas de Ensino	CRPE - SP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	4	4	10
24)Prof. Supervisor	Inhumas - GO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	4	8	17
25)Prep. Pess. Técnico para Serv. Inf. e Cadast.	CRPE - SP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
26)Ed. Pré-Primária	DAP - MG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
27)Orientação Profs. Excepcionais	APAE - GB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
28)Prep. Pedagógica Mestre Único	ISER - MG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	5
29)Formação Prof. 1º ano	CRPE - GB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	3
30)Administradores Escolares	CRPE - SP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	2
31)Prep. Equipe Supervisor Classes Multigrad.	Inhumas-CTM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2
32)Prof. Supervisor	Natal - RN	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	3

TOTAL142

REC. INTEL. - SERVA. CO. DE YEBIGUAMA - LECIM

Nº DE BOLSISTAS APERFEIÇADOS PELO INEP
NO ESTADO DO MARANHÃO
1958 - 1969

Juarez - Maranhão

CURSOS	LOCAL	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	TOTAL
1) Jardim de Infância	CRPE - Ba	3	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	4
2) Artes Industriais	SENAI - Gb	4	9	2	3	1	-	1	-	-	-	-	-	20
3) Observação Ens. Primário	Gb	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
4) Ciências Naturais	Gb	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2
5) Linguagem	Gb	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
6) Matemática	Gb	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
7) Artes Industriais	SP	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
8) Didática da Matemática	DAP - Mg	-	-	1	-	-	-	1	3	1	-	-	-	6
9) Psicologia	DAP - Mg	-	-	1	-	-	-	-	-	-	2	-	-	3
10) Especialistas em Educação	CRPE - SP	-	-	-	1	-	-	-	1	1	-	-	-	3
11) Escolinha de Arte	Gb	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
12) Artes Industriais	CRPE - SP	-	-	-	-	2	12	5	-	-	-	-	-	2
13) Professor Supervisor	CRPE - SP	-	-	-	-	-	13	5	-	-	-	-	-	18
14) Professor Supervisor	Colatina - ES	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	3
15) Ciências Naturais	DAP - Mg	-	-	-	-	-	1	-	3	-	-	1	-	5
16) Língua Pátria	DAP - Mg	-	-	-	-	-	1	1	2	1	-	-	1	6

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA



ESTADO DO MARANHÃO

OFICIO N.º 07/69

São Luís, 28 de janeiro de 1969

DO - Coordenador da Assessoria de Planejamento da SENEC

AO - Coordenador do P.A.T.E.

Senhor Coordenador:

De ordem do Sr. Secretário de Educação e Cultura, encaminhamos o questionário enviado por V. Sa. com as necessárias informações.

Com as expressões do meu apreço e consideração, subscrevo-me,

Atenciosamente

DICMAR DAS GRAÇAS MOTTA

p/Coordenador da A. de Planejamento

Ilustríssima Senhora
Profa NEUZA GOYANO
M.D. Coordenadora do P.A.T.E.
São Paulo - SP
=====

1.5 Localidade(s): Capital

As presentes informações, não significam qualquer compromisso desta Secretaria, mas tão somente a base para posteriores entendimentos - com os órgãos responsáveis pelo "Programa de Assistência Técnica em Educação".

Data: São Luís, / 28 / 01 / 1969

Ass. Diomar das Graças Motta
p/Assinatura do Secretário da Educação

ENSINO MÉDIO (Queira especificar segundo a discriminação abaixo, a colaboração pretendida para o próximo ano).

1. Na área da administração do ensino:

1.1 Número de elementos: 2

1.2 Duração provável da colaboração: 10 meses

1.3 Data de início: mês de março

1.4 Principais tarefas em que êsses elementos deveriam colaborar:
levantamento e organização de cadastro

orientação específica às Secretarias

1.5 Localidade(s): Capital e Interior

2. Na área de orientação metodológica:

2.1 Número de elementos: 5

2.2 Duração provável da colaboração: 10 meses

2.3 Data de início: mês de março

2.4 Principais tarefas em que êsses elementos deveriam colaborar:
implantação da reforma e assistência pedagógica ao

Ensino Normal

orientação e assistência aos professores de técnicas

agrícolas e Organização de um programa mínimo de

Atividades Extra-Classes

2.5 Localidade(s): Capital e Interior

OUTRAS ÁREAS (Queira especificar segundo a discriminação abaixo, a colaboração pretendida para o próximo ano).

1. Áreas: Estatística

1.1 Número de elementos: 1

1.2 Duração provável da colaboração: 10 meses

1.3 Data de início: mês de março

1.4 Principais tarefas em que êsses elementos deveriam colaborar:
organização de cadastro, levantamento, escolha de dados

CÓPIA

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

Centro Regional de Pesquisas Educacionais "Prof. Queiroz Filho"

"PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM EDUCAÇÃO"

Obs: Este questionário tem por objetivo um levantamento preliminar de informações que permitam a delimitação da forma e do vulto da cooperação que deverá ser prestada a essa Unidade da Federação no decorrer do próximo ano.

Unidade da Federação: Estado do Maranhão

ENSINO PRIMÁRIO (Queira especificar segundo a discriminação abaixo, a colaboração pretendida para o próximo ano).

1. Na área da administração do ensino:

1.1 Número de elementos: 2

1.2 Duração provável da colaboração: 90 dias

1.3 Data de início: mês de março

1.4 Principais tarefas em que êsses elementos deveriam colaborar:

treinar pessoal de inspeção

elaborar plano de trabalho de inspeção

implantar serviço de inspeção em alguns municípios

1.5 Localidade(s): Capital e Interior

2. Na área de supervisão e orientação metodológica:

2.1 Número de elementos: 1

2.2 Duração provável da colaboração: 60 dias

2.3 Data de início: mês de abril

2.4 Principais tarefas em que êsses elementos deveriam colaborar:

elaboração de testes e sua aplicação; e

outras técnicas para avaliação de ensino

2.5 Localidade(s): Capital

Nome do estabelecimento:

Enderêço:

Bairro:

Município:

MÊS:

ANO:

Dias letivos:

1º ano		2º ano		3º ano		4º ano		5º ano		total		total geral
M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	

Matrícula Geral

Eliminados

Alunos Novos

Matrícula feal

Comparecimentos

Faltas

Frequência média

Data:

Diretor:

anexo do relatório individual
da profa. Thais de Almeida
- mãe

Nome do estabelecimento:

Tipo de escola:

grupo escolar

escolar unida

escola integrada

escola isolada

Endereço:

Bairro:

Nome da diretora:

Nº de salas de aula:

Nome da assistente:

Nº de classes:

Nº de turnos:

Nº de ordem	Nome das professoras em exercício	série que leciona	nº de alunos	Situação funcional
Nº de ordem	Nome das professoras licenciadas	Início da licença	Término da licença	Motivo

Ficha para controle dos cargos e lotação, de servidores da Secretaria de Educação.

(2)

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO		
NOME	-----	
SITUAÇÃO FUNCIONAL	{ NOMEDO. <input type="checkbox"/>	
	{ INTERINO. <input type="checkbox"/>	
	{ CONTRATADO. <input type="checkbox"/>	
CARGO	NÍVEL	FUNÇÃO
LOCAL DE LOTAÇÃO	-----	
LOCALIDADE	MUNICÍPIO	
ENDEREÇO LOCAL DE LOTAÇÃO	-----	
-----	-----	
-----	-----	

Observação - Quanto ao tamanho desta ficha, será ainda discutido com a diretora do D.A., conforme a possibilidade da aquisição do fichário, ou mesmo de gavetinhas de madeira, como medida provisória.

Esta ficha, já foi planejada como medida adequada para os fichários cardex, existentes no D.A. (Departamento de Administração).

(1)

20 cm

33

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Nome ----- SEXO -----

ESTADO CIVIL: SOLTEIRO CASADO VIUVO DESQUITADO

DATA NASCIMENTO --/--/--- LOCALIDADE ----- ESTADO -----

Nºs de cartões IDENTIDADE ----- RESERVISTA ----- TIT. ELEITOR -----

FILIAÇÃO -----

Nome do esposo(a) -----

O esposo(a) é FUNCIONÁRIO (SÍM NÃO estadual ----- municipal ----- federal -----

Nome dos filhos ----- DATA NASCIMENTO

-----	-----	-----
-----	-----	-----
-----	-----	-----
-----	-----	-----

Referência ADMISSÃO { GOVERNADOR DECRETO n° ----- PORTARIA n° ----- DATA --/--/---
SECRETARIO

sendo contratado { DATA DO 1º CONTRATO --/--/---
DATA DO ÚLTIMO CONTRATO --/--/---

NOME -----

8 linhas

30 cm

dobras

ALTERAÇÕES

VIDA FUNCIONAL

E isalanda?

Ordem	NOME DO BOLSISTA	CURSO E LOCAL DO MESMO	PROCEDÊNCIA	APROVEI TAMENTO
5	Paula Frassinete Neves da Cunha	Prep. Pessoal Téc. Elab. Aplic. Avaliação Prog. Ens. Primario - SP	São Luiz - MA	
6	Maria de Jesús Santos Ribeiro	Prep. Equipe Sup. Classe Multigradua- dos - Inhumas - GO	São Luiz - MA	
7	Maria Luzimar Costa	Prep. Equipe Sup. Classe Multigradua- dos - Inhumas - GO	São Luiz - MA	
8	Marluce Marques Lima	Didat. de Linguagem - DAP	Candido Mendes - MA	
9	Marina Rocha de Souza	Form. Orientadores 1º ano - GB	São Luiz - MA	
10	Clindia Virgília Cantanhedo	Form. Orientador 1º ano - GB	São Luiz - MA	
11	Yolanda de Medeiros Manta	Prof. Superv. - Inhumas - GO	São Luiz - MA	
12	Maria Nunes Nogueira	" " - " - "	São Luiz - MA	
13	Maria Ana Oliveira Gomes	" " - " - "	São Luiz - MA	
14	Carmelita Freita dos Santos	" " - " - "	São Luiz - MA	
15	Maria Mirna Oliveira Gomes	Supervisor - GO	Codó - MA	
16	Maria da Gloria Rocha Ferreira	" - "	São Luiz - MA	
17	Maria do Socorro Coelho	" - "	" " - MA	
18	Maria das Graças Souza	" - "	Codó - MA	

ESTADO DO MARANHÃO - 1968

pág - 49

Ordem	NOME DO BOLSISTA	CURSO E LOCAL DO MESMO	PROCEDÊNCIA	APROVEI- TAMENTO
15	Maria Regina Durans	Prof. Pedag. E. Mestre Único - Faz. Rosário - MG	São Luiz - MA	Bom
16	Marlene de Jesus Souza	Orient. 1ª Série p/Prof. Ens. Demonstração - GB	Diamante - MA	Bom
17	Paula Francinete Neves da Cunha	Prep. Pessoal Téc. Elab. Aplic. Aval. Plan. Ens. Primário - SP	- - MA	-
18	Maria Raimunda Lopes Espindola	Prof. Pedag. E. Mestre Único - Fazenda Rosário - MG	Humberto de Campos - MA	Bom
19	Raimunda Pires Tôrres	Prep. Pedag. Prof. Mestre Único - Fazenda Rosário - MG	Santa Rita - MA	Bom
20	Tereza Susana Lopes	Prep. Administradores Escolares - SP	São Luiz - MA	-

A N O - 1 9 6 9

Ordem	NOME DO BOLSISTA	CURSO E LOCAL DO MESMO	PROCEDÊNCIA	APROVEITA- MENTO
1	Teresa Suzana Lopes	Prep. Administradores Esc. - SP	São Luiz - MA	
2	Conceição Oliveira Gomes	Prep. Pessoal Téc. Elab. Aplic. Avalia- ção Prog. Ens. Primário - SP	São Luiz - MA	
3	Doralice Mendes	Prep. Pessoal Téc. Elab. Aplic. Avalia- ção Prog. Ens. Primário - SP	São Luiz - MA	
4	Iracy de Abreu Farias	Prep. Pessoal Téc. Elab. Aplic. Avalia- ção Prog. Ens. Primário - SP	São Luiz - MA	

ESTADO DO MARANHÃO - 1968

Ordem	NOME DO BOLSISTA	CURSO E LOCAL DO MESMO	PROCEDÊNCIA	APROVEI- TAMENTO
1	Conceição de Oliveira Gomes	Prep. Pessoal. Téc. Elab. Aplic. Aval. Prog. Ens. Primário - SP	São Luiz - MA	-
2	Doralice Mendes	Prep. Pessoal. Téc. Elab. Aplic. Aval. Prog. Ens. Primário - SP	- - MA	-
3	Dulcinéa do Carmo Zaguen	Ciências Nat. - DAP - MG	São Luiz - MA	M. Bom
4	Eldenora Pereira dos Reis	Est. Sociais - DAP - MG	São Luiz - MA	M. Bom
5	Floxirise Conceição Bezerra Cavalcante	Prof. Supervisor - Inhumas - GO	São Luiz - MA	Bom
6	Iêda Brenha Rodrigues	Ed. Pré-Prim. - DAP - MG	São Luiz - MA	M. Bom
7	Iracy de Abreu Farias	Prep. Pessoal. Téc. Elab. aplic. Aval. Prog. Ens. Prim. - SP	São Luiz - MA	-
8	Lucimar Brenha de Araujo e Souza	Form. Prof. Prat. Ens. - GB	São Luiz - MA	Bom
9	Marfiza Placida Araujo Lima	Prof. Supervisor - Inhumas - GO	Tutóia - MA	Bom
10	Maria Alice Melo	Prof. Supervisor - Inhumas - GO	São Luiz - MA	Bom
11	Maria Anida Almeida	Oriet. Prof. Crianças Excepcio nais - GB	São Luiz	M. Bom
12	Maria Inês Serejo Azevedo	Prof. Supervisor - Inhumas - GO	Viana - MA	M. Bom
13	Maria Isabel Nogueira da Silva	Prof. Pedag. Ens. Mestre Único - Fazenda Rosario - MG	Pedreiras - MA	Bom
14	Maria de Lourdes Frazão	Prof. Pedag. Ens. Mestre Único - Fazenda Rosario - MG	São Luiz - MA	regular

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Ordem	NOME DO BOLSISTA	CURSO E LOCAL DO MESMO	PROCEDÊNCIA	APROVEI- TAMENTO
1	Auzairz Fragão	Currículo e Superv. - Gameleira - MG	São Luiz - MA	regular
2	Eulina Silva Martins	Form. Prof. de Prática de Ensino - GB	São Luiz - MA	Bom
3	Icléa Campelo de Franco Ferreira	Prep. Pessoal Téc. Elab. aplic. Avalia ção Plano e Prog. Ensino - SP	São Luiz - MA	regular
4	Iracema Almeida	Form. Prof. Superv. - Inhumas - GO	São Luiz - MA	Bom Fraco
5	Liduína Maria da Conceição Castelo Branco	Form. Prof. Superv. - Inhumas - GO	Rosário - MA	Bom
6	Maria Benedita Gomes Bastos	Psicologia - DAP - Gameleira	Grajaú - MA	Bom
7	Maria Enidia Pinheiro Brandes	Form. Prof. Supervisor - Inhumas - GO	São Luiz - MA	Bom
8	Maria José Xavier Lucas	Prep. Pessoal Téc. p/Serviço de Inf. e Cadastro - SP	São Luiz - MA	M. Bom
9	Maria do Perpétuo Socorro Azevedo	Psicologia - DAP - Gameleira - MG	São Luiz - MA	Ótimo
10	Maria do Socorro Dias Nina	Prep. Pessoal Téc. Aplic. e Avalia ção Prog. Est. Ens. Prim. - SP	São Luiz - MA	Bom
11	Nizeth Maria Abreu Medeiros	Form. Prof. Prat. de Ensino - GB	São Luiz - MA	M. Bom
12	Raimunda Matos Negreiros	Form. Prof. Superv. - Inhumas - GO	São Luiz - MA	Fraco
13	Renalzi Viana	Form. Prof. Superv. - Inhumas - GO	São Luiz - MA	Médio Fraco

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Ordem	NOME DO BOLSISTA	CURSO E LOCAL DO MESMO	PROCEDÊNCIA	APROVEITAMENTO
9	Maria Dalva C. Campos	Est. Sociais - DAP - MG	S. Luiz - MA	Bom
10	Niedja Nora Durans	Esp. em Educação - SP	S. Luiz - MA	Bom
11	Terezinha de Jesus R. Moraes Rego	Matemática - DAP - MG	S. Luiz - MA	Bom

A N O - 1 9 6 6

Ordem	NOME DO BOLSISTA	CURSO E LOCAL DO MESMO	PROCEDÊNCIA	APROVEITAMENTO
1	Edméa da Costa Leite	Didática da Linguagem - Gameleira - MG	Caxias - MA	Bom
2	Maria da Conceição Azevedo	Didática Est.Sociais - Gameleira - MG	S. Luiz - MA	Bom
3	Maria da Conceição Bahia de Oliveira	Prep. Pessoal Téc. p/Sec.Est. Educ.-SP	S. Luiz - MA	Bom
4	Maria da Graça Lopes da Cunha Braga	Esp. Educação - SP	S. Luiz - MA	Regular
5	Marilene Queiroz de Araujo	Didática da Matemática - Gameleira -MG	Codó - MA	Bom
6	Terezinha de Aguiar Ferreira	Prep.Pessoal Téc. p/Sec.Est.Educ. - SP	- - MA	Regular
7	Pracy Daniel Maranhão	Prof. Supervisor - R.N.	S. Luiz - MA	Bom
8	Iracy de Abreu Farias	" " - RN	S. Luiz - MA	M. Bom
9	Maria Nazareth Luiz	" " - RN	S. Luiz - MA	M. Bom

Ordem	NOME DO BOLSISTA	CURSO E LOCAL DO MESMO	PROCEDÊNCIA	APROVEI-TAMENTO
11	Maria de Nazareth	Prof. Supervisor - SP	S. Luiz - MA	Bom
12	Maria Raymunda Castro	Aritmética - DA - MG	- - MA	Médio
13	Marizete Barbosa Moreira	Currículo e Supervisor - DAP - MG	Cururupú - MA	Bom
14	Raimunda de Sá Coutinho	E. Sociais - DAP - MG	S. Luiz - MA	Médio

<u>A N O - 1 9 6 5</u>				
Ordem	NOME DO BOLSISTA	CURSO E LOCAL DO MESMO	PROCEDÊNCIA	APROVEI-TAMENTO
1	Clenir Gomes de Freitas	Est. Sociais - DAP - MG	Pedreiras - MA	Bom
2	Conceição de Maria Mendes	Linguagem - DAP - MG	S. Luiz - MA	Médio
3	Dulcina Neto Pinheiro Lena	Matemática - DAP - MG	Timar - MA	Médio
4	Elza Nascimento e Silva	Ciências - DAP - MG	Monte Castelo - MA	Bom
5	Francisca Clemente de Moraes	Ciências - DAP - MG	São Luiz - MA	Bom
6	Iêda Pereira Pinheiro	Matemática - DAP - MG	Vitorino Freire - MA	Fraco
7	Jucimar Marques Tromps	Ciências - DAP - MG	São Luiz - MA	Bom
8	Maria Aparecida de Lima Almeida	Linguagem - DAP - MG	Icatú - MA	Bom

ARQUITETURA, EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DO MARANHÃO - 1963

Ordem	NOME DO BOLSISTA	CURSO E LOCAL DO MESMO	PROCEDÊNCIA	APROVEI- TAMENTO
18	Sofia Fontenele Gomes	Prof. Supervisor - SP	Feitosa - MA	Médio
19	Zelira Pereira	Pesquisador El. - SP	S. Luis - MA	Regular
20	Odila Bezerra Feitosa	Prof. Supervisor - SP	- MA	Bom
21	Rosa Amorim Ewerton	Est. Sociais - DAP - MG	- MA	Médio

ANO - 1964

Ordem	NOME DO BOLSISTA	CURSO E LOCAL DO MESMO	PROCEDÊNCIA	APROVEI- TAMENTO
1	Ana Maria Sá Cavaignac	Lingua Pátria - DAP - MG	S. Luis - MA	Bom
2	Antônio da Silva	Prof. Supervisor - SP	S. Luis - MA	Bom
3	Diomar das Graças Motta	" " - SP	S. Luis - MA	M. Bom
4	Fliane Ferreira e Silva	Esp. Recursos Audiovisuais - SP	" " - "	Bom
5	Irene Amorim	Prof. Art. Industriais - SENAI - GB	" " - "	-
6	Maria Antônia Moreira	Ciências Naturais - DAP - BH	" " - "	Bom
7	Maria de Jesús Muniz Marinho	Prof. Sup. - SP	" " - "	Bom
8	Maria José Xavier Lucas	Esp. Recursos Audiovisuais - SP	" " - "	Bom
9	Maria Lúcia Ferreira	E. Sociais - DAP - MG	" " - "	Médio
10	Maria de Jesús Santos Veloso	Prof. Supervisor - SP	" " - "	M. Bom

ESTADO DO MARANHÃO - 1963

pág. -3

Ordem	NOME DO BOLSISTA	CURSO E LOCAL DO MESMO	PROCEDÊNCIA	APROVEI- TAMENTO
1	Aleyde Belfort	Prof. Supervisor - SP	S. Luiz - MA	Bom
2	Aldenora Maria Azevedo	" " - SP	" " - "	"
3	Aurideia Brasil Vieira	" " - SP	" " - "	M. Bom
4	Conceição Oliveira Ganes	" " - SP	" " - "	Médio
5	Dery Reis Leite	Recursos Áudio-visuais	Pinheiro - "	Bom
6	Dulvinea do Carmo Zaguen	Prof. Sup. - Colatina - E. Sto.	S. Luiz - "	-
7	Eldenora Pereira Reis	Prof. Sup. - SP	" " - "	Médio
8	Hernildes Vieira Sá	" " - Colatina - E. Sto.	" " - "	-
9	Iêda Brenha Rodrigues	" " - SP	" " - "	Médio
10	Lucimar Brenha de Araujo e Souza	" " - SP	" " - "	Bom
11	Maria Anilda Almolda	" " - SP	" " - "	Médio
12	Maria da Conceição Nunes Freitas	" " - SP	" " - "	Médio
13	Maria do Rosário Rocha e Souza	" " - Colatina - E. Sto.	Rosário - "	-
14	Maria do Socorro Dias Nina	" " - SP	S. Luiz - "	M. Bom
15	Marlene Fontoura Chaves	Ciências Naturais - DAP - MG	S. Luiz - "	Médio
16	Marlene de Jesus Mendonça	Língua Pátria - DAP - MG	" " - "	Bom
17	Nicomar de Jesús Couto	Prof. Supervisor - SP	" " - "	Médio

BOLSISTAS - 1960 - MA

ORDEM	NOME DO BOLSISTA	CURSO E LOCAL DO MESMO	PROCEDÊNCIA	APROVEITAMENTO
1	Maria Assunção Ayres	Artes Industriais - GB	Maranhão	Bom
2	Maria do Carmo Pires Pinheiro	Artes Industriais - SP	"	Regular
3	Maria Guilhermina Pinheiro Dias	Didática de Matemática - DAP - MG	"	Sofrível
4	Ocearina Galvão Grisóstemo de Souza	Psicologia - DAP - MG	"	Bom
5	Raimunda de Oliveira Panos	Artes Industriais - C.R.P.E. - SP	"	Ótimo
6	Wirandê Soares Leitão	" " " " " - GB	"	Regular

BOLSISTAS - 1961 - MA

ORDEM	NOME DO BOLSISTA	CURSO E LOCAL DO MESMO	PROCEDÊNCIA	APROVEITAMENTO
1	Lioneira Pereira de Souza	Artes Industriais - GB	Maranhão	Muito Bom
2	Honorina Nunes Ribeiro	" " - SENAI - GB	"	Regular
3	Maria de Nazareth de Castro Gomes	Especialista e Educação - SP	"	Bom
4	Tereza Ferraz Leda	Artes Industriais - SENAI - GB	"	Bom
5	Therezinha de Jesus Rocha	Jard. de Infância - GB	"	Bom

BOLSISTA - 1962 - MA

ORDEM	NOME DO BOLSISTA	CURSO E LOCAL DO MESMO	PROCEDÊNCIA	APROVEITAMENTO
1	Georgina Vidigal	Escolinha de Artes do Brasil - GB	Carolina - MA	-
2	Marieta Coelho Noleto	Artes Industriais - C.R.P.E. - BA	Balsas - MA	Muito Bom
3	Niracy Ribeiro da Silva	" " - GB	S. Luiz - MA	-
4	Yara Brenha Lobato	" " - C.R.P.E. - BA	S. Bento - MA	Ótimo

BOLSISTAS DO MARANHÃO - 1958

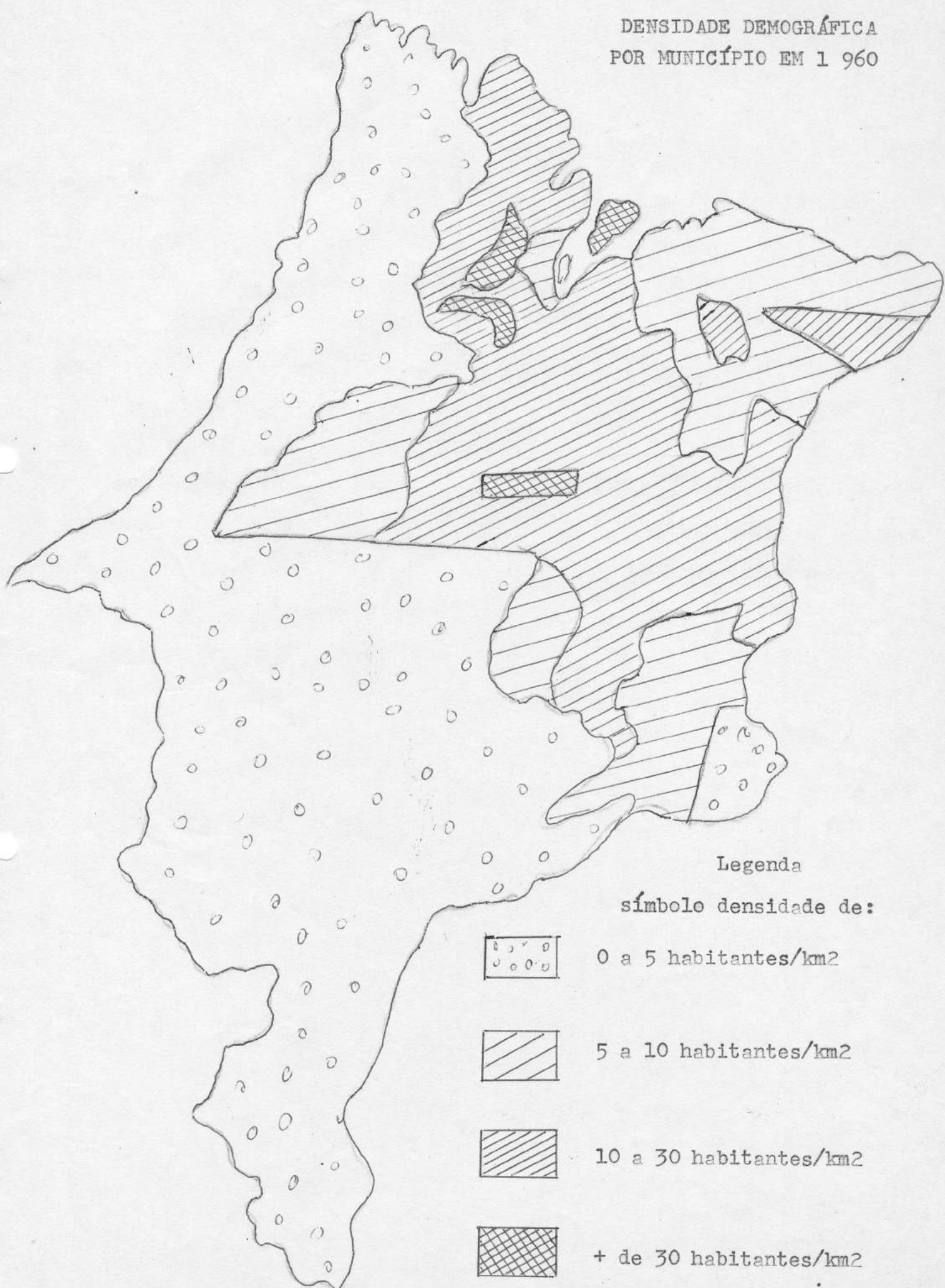
ORDEN	NOME DO BOLSISTA	CURSO E LOCAL DO MESMO	PROCEDÊNCIA	APROVEI- TAMENTO
1	Anate Nunes Mmiz	Jard. de Infância - C.R.P.E. - Salvador	Maranhão	Bom
2	Antonia Ribeiro da Costa	Artes Industriais - SENAI - GB	"	"
3	Elza Silva Maia	Observ. Ensino Primário - GB	"	-
4	Helosina Nunes Rodrigues	Artes Industriais - GB	"	Médio
5	Iracema Felix de Souza	Ciências Naturais - GB	"	-
6	Juracy B. Lima	Jard. de Infância - C.R.P.E. - GB	"	Bom
7	Iuener Soares Moreira	Prática Metodologia da Ling. - GB	"	Regular
8	Luzenir Motta R. B. Nogueira de Carvalho	Matemática - GB	"	Excelente
9	Maria da Conceição Dias	Artes Industriais - SENAI - GB	"	Bom
10	Maria de Nazareth Ferreira	Jard. de Infância - C.R.P.E. - Salvador	"	Bom
11	Tereza de Jesus Coelho	Artes Industriais - SENAI - GB	"	Bom

BOLSISTAS - 1959

ORDEN	NOME DO BOLSISTA	CURSO E LOCAL DO MESMO	PROCEDÊNCIA	APROVEI- TAMENTO
1	Auzairs Frazão	Artes Industriais, SENAI - GB	"	Bom
2	Lionéa Pereira Souza	" " " "	"	Bom
3	Isidora Albuquerque Vasconcelos	" " " "	"	Bom
4	Maria Assunção Aires	" " " "	"	Bom
5	Maria Celeste Vila Nova	Ling. E. Elementar - GB	"	Regular
6	Maria da Conceição Piedade	Artes Industriais - SENAI - GB	"	Bom
7	Maria Cristina Costa Martind	Artes Industriais - SENAI - GB	"	Bom
8	Nayse Maria da Silva	Artes Industriais - SENAI - GB	"	Bom
9	Niracy Ribeiro da Silva	Artes Industriais - SENAI - GB	"	Bom
10	Rosimar Barbosa Pinesta	Artes Industriais - SENAI - GB	"	Regular

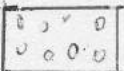



MINISTERIO DA EDUCACAO E CULTURA

DENSIDADE DEMOGRÁFICA
POR MUNICÍPIO EM 1 960



Legenda

símbolo densidade de:

-  0 a 5 habitantes/km²
-  5 a 10 habitantes/km²
-  10 a 30 habitantes/km²
-  + de 30 habitantes/km²

Densidade média do Estado: 7,5 habitantes/km²

ZONAS FISIAGRÁFICAS	ÁREA	PREVISÃO PARA 1 966 -	
		POPULAÇÃO	DENSIDADE DEMOGRÁFICA hab/km ²
LITORAL NORTE	8 827,3	334 705	39,04
BAIXADA	15 375,6	317 409	20,64
BAIXO MEARIM	19 654,7	681 562	34,67
GURUPI	28 599,9	46 743	1,63
PINDARÉ	27 560,5	293 939	10,66
TOCANTINS	12 788,4	114 139	6,09
LITORAL NORDESTE	15 890,0	203 440	12,80
Baixo Parnaíba	12 646,3	106 763	8,44
MÉDIO PARNAÍBA	21 756,7	143 084	8,85
ITAPECURU	38 789,5	620 064	8,44
CAROLINA	14 543,6	43 733	3,00
ALTO PARNAÍBA	55 298,4	124 520	2,25
ALTO MEARIM	56 932,1	221 684	3,89
M A R A N H ã O	328 663,0	3 271 785	9,95

ESTADO DO MARANHÃO

ASPECTOS GERAIS

Está dividido em 13 zonas fisiográficas: zona do Litoral Norte, do Litoral Nordeste, da Baixada, do Baixo Mearim, do Alto Mearim, do Itapecuru, do Baixo Parnaíba, do Médio Parnaíba, do Alto Parnaíba, do Gurupi, do Pindaré, do Tocantins, de Carolina.

É irregularmente ocupado, concentrando maior número de habitantes no Litoral Norte, Baixada do Baixo Mearim e Itapecuru, havendo menor concentração na zona do Alto Parnaíba.

Na década 1 950/60 tornou-se grande centro absorvedor de população do país, mórmente da corrente migratória. Sua taxa de crescimento situou-se então, entre as mais elevadas, sendo de 4,6% ao ano, quando o país tinha por média 3%. Muitos nordestinos dirigiram-se para o Estado maranhense, localizando-se principalmente em Pedreiras, Bacabal, Pindaré e Santa Inês.

Atualmente três são as frentes de colonização: Carolina, Bacabal e Pindaré. Em pequena proporção têm também vindo para cá, principalmente para o comércio das cidades mais desenvolvidas, alguns portugueses, espanhóis, sírios libanêses.

Tem uma bacia hidrográfica representativa, destacando-se os 4 grandes rios: Mearim, Pindaré, Itapecuru e Grajaú, contando além destes com o Gurupi, Turiaçu, Balsas, Maraçacumé, Corda, Flôres, Preguiça, Parnaíba, Surubim, Tocantins e Manoel Alves Grande.

A hidrografia maranhense compreende duas bacias: a bacia do Amazonas com 30 811 km² e a bacia do Nordeste com 301 363 km². A produção de alimentos do Maranhão localiza-se geralmente, nas áreas fertilizadas por esses rios, que também constituem as artérias da economia.

O clima é quente e úmido no litoral e quente e sêco no interior, apresentando uma temperatura média de 26,5°C, com u'a máxima de 27,3°C e mínima de 25,9°C. Segundo a classificação de Koppen, o clima do Maranhão pode ser considerado como o clima trópical das savanas, com chuvas de verão. A caracterização geográfica do Estado, em função do clima, po

A educação deve procurar fazer a integração do indivíduo na vida econômica do país. À uma sociedade em completa mutação, deve oferecer, a ajuda necessária, para não se transformar em um fator de estagnação, essencialmente conservador.

Se nos determos a considerar nossa situação educacional, vamos verificar que ela ainda muito se prende aos padrões da sociedade aristocrática, dissociando-se assim, da atual realidade econômica. No entanto, conhecemos que através de bons planejamentos, podemos criar elementos de estreita relação: educação-desenvolvimento econômico.

A nossa escola primária vem se limitando a alfabetizar e a transmitir mal, ensino de técnicas fundamentais, esquecendo-se de educar a criança de maneira que possa contribuir para a elevação do nível cultural da comunidade, que tenha um ingresso efetivo na vida profissional sabendo das perspectivas que lhe são abertas dentro do desenvolvimento econômico e a contribuição que deve e pode dar a este.

A movimentação da população ativa, com o desenvolvimento econômico, trará mudanças no relacionamento entre as classes sociais. Se não houver uma educação planejada e controlada, na expectativa dessas alterações, surgirão conflitos e desajustes difíceis de serem superados, podendo ocasionar crises na economia. A escola deve pois, além de educar para a integração no desenvolvimento econômico, procurar ser um agente de estabilidade social, preparando para as perturbações que ocorrem oriundas da dinâmica desse mesmo desenvolvimento.

Tendo presente essas considerações, não podemos pensar a reforma do currículo e programa do ensino primário do Estado do Maranhão, sem informar de seu potencial sócio-econômico, dos problemas enfrentados pela comunidade, do seu nível de aspiração, sua extensão territorial, seu incremento demográfico, sua condição de zona de transição entre Norte e Nordeste e sua luta pelo desenvolvimento geral.

anexo do relat. agosto

* Estudo das características regionais do Estado *

Amaranhos

levantamento sócio econômico

de ser assim definida: clima úmido nas bacias fluviais, temperatura mais baixa nas chapadas em função da maior altitude, maior precipitação pluviométrica no litoral e finalmente clima mais sêco no interior pela progressiva continentalidade.

Apresenta duas estações: sêca e chuvosa, chamada de verão e inverno. A pluviosidade é alta no trecho vizinho da região amazônica, na planície e no início das chapadas. Há enchentes e estiagens, pois o Maranhão é uma zona de transição entre Norte e Nordeste.

No litoral e na baixada as chuvas se iniciam em janeiro, prolongando-se até julho; nas zonas interioranas, de mais aguda continentalidade, o período chuvoso, inicia-se em outubro e novembro, prolongando-se até fevereiro ou março.

As montanhas maranhenses fazem parte do maciço nordestino e as principais serras são: Piracambu, Desordem, Coroados, Gurupi, Cinta Negra, Canela, Penitente, Alpercatas, Valentim e Itapecuru. Situam-se a norte e a leste da chapada das Mangabeiras.

RECURSOS NATURAIS

Há ainda falta de estudos que delimitem as áreas em que ocorrem os diversos tipos de solos encontrados bem como o potencial e as possibilidades agrícolas dos mesmos.

Os solos, apresentam para a lavoura, grande pobreza dos elementos mais nobres, em decorrência da própria natureza e também devido aos processos de lavoura sem técnica. Os grupos encontrados são: latossolos, ground water latossolos, regossolos, solos hidromórficos, pedssólicos, aluviões.

Vegetação:

- I- Mata equatorial amazônica, ocupando uma área de 87 480 km².
- II- Savanas - Campos Gerais - Chapadas -, ocupam uma área de 99 982 km².
- III- Mata Tropicófila, rica em palmacéos, encontrada numa área de 61 210 km².
- IV -Mata Tropicófila de avarandados com densidade de palmeiras *Orbyhia speciosa* - 20 120 km².

V- Mata Tropicófila onde ocorre *Orbyñia Spedosa* e avarandados
13 812 km².

VI- Vegetação Halófica do Litoral: 2 050 km².

VII - Pântanos e lagos sob regime de inundação dos rios Mearim,
Pindaré, Grajaú, Turiaçu(Baixada) - 28 200 km².

VIII - Mata do litoral com manguesais: 4 870 km².

No litoral oeste do Estado, existem como vegetação nativa, os mangues. Merece destaque o seu aproveitamento considerando-se:

- a- o aproveitamento de sua madeira para construção;
- b- elevado teor titânico de sua casca para indústria de cortume;
- c- o uso de sua lenha para combustível.

Minérios

Ouro

Tem sido encontrado com abundância em forma aluvional e segundo pesquisas de Tom Boweri, vem de uma cadeia de montanhas chamadas Piracambu e da serra das Desordens.

Há a faixa aurífera entre os rios Gurupi e Maracaçumé, onde se encontram as jazidas dos Montes Áureos.

Cobre

Encontrado em Grajaú sob forma metálica e de carbonatos.

Chumbo, estanho, ferro, cromo

Há indícios de presença de tais minérios, no Estado, não sendo porém demarcadas ainda, suas localizações.

Titânio

Foram encontrados no litoral "placers" de ilmenita, rutilo monasita e zirconita. A área de ocorrência está compreendida entre o delta do Parnaíba e o rio Piriá, atingindo os municípios de Araióses, Barreirinhas, Primeira Cruz, Humberto de Campos.

Em estudo preliminar, estimou-se a reserva em 1 500 000 t. de rutilo e possivelmente 9 900 000 t. de ilmenita comercial.

Pirita

Encontrada no leste do rio Corda a aproximadamente 0,80 m de profundidade.

Minerais radioativos

Os depósitos em "placers" marinhos recém descobertos em nosso Estado possuem reservas estimadas em 370 000 toneladas.

Em Cururupu e outras zonas litorâneas do Estado são encontradas areias monasíticas.

Mica

Há extensas jazidas na região do rio Balsas.

Cristal de rocha

Encontrado em Codó, Rosário, Arixá.

Diamantes

Têm sido explorados nas proximidades de Imperatriz, no Alto Parnaíba e no rio Manoel Alves Grande.

Gesso e Calcáreo

Existem no Maranhão, grandes depósitos de gesso calcáreo, nos municípios de Barra do Corda, Codó e no alto Grajaú.

Sal

A produção salinera do Estado concentra-se em Tutóia, Humberto de Campos, Primeira Cruz e Cururupu. Em Pirapemas foi constatada a existência de sal gema.

Xisto betuminoso

Conhecidas as ocorrências de Codó, Barra do Corda, da região de Balsas e do rio Manoel Alves Grande.

Bauxita fosfatada

Localizam-se no litoral maranhense, situando-se na ilha de Trauíra, na serra de Piracáua e no morro de Tromaf.

Petróleo

A Bacia Cretácica de Barreirinhas indica espessura sedimentar da ordem de 8 000 metros. Estende-se por 15 000 km², dos quais 7 000 se encontram no continente e 8 000 no mar, até a cota batimétrica de 30 metros.

Há 15 poços perfurados.

Água mineral

Cêrca de 5 km ao sul da cidade de Caxias, a margem direita do rio

Itapecuru, localiza-se a fonte Veneza. As águas emergem em 8 pequenas fontes, sendo a vazão no conjunto, de cerca de 12 litros por segundo, aproximando de 1 000 000 de litros por dia.

Águas subterrâneas

Em Pindaré, Zé Doca e Alto Turi, a C.O.N.S.E.S.P. perfurou 3 poços, obtendo vazões razoáveis de boa qualidade de água, a uma profundidade de 80 m, 119 m e 70 m, respectivamente.

Fauna

Está havendo o extermínio progressivo das espécies que povoam o interior em virtude do abate indiscriminado de animais e aves. Esta avaliação é feita considerando-se a diminuição gradativa do comércio de peles e pela escassez de carne na mesa do homem rural.

Pesca

A pesca é bastante praticada, pois as águas marinhas do Maranhão são consideradas das mais piscosas do país. O processo de pesca porém, é antiquado, existindo apenas uma única empresa de pesca organizada em moldes modernos: a I.P.E.M.A. - Indústria Pesqueira do Maranhão .

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Transporte por aguavias

É feito quase exclusivamente por barcos de madeira, propulsioneados a vela. Há pois, falta de previsão dois dias de viagem, que dependem da intensidade dos ventos.

Cidades servidas por rede fluvial: Arará, Vitória, Pedreiras, Barra do Corda,, Grajaú, Barão de Grajaú, Pindaré Mirim, Imperatriz, Timon, Bacabal,, Caxias, Codó, Rosário, Ipixuna, Monção, Coroatá, Colinas, Itapecuru Mirim, Cantanhede, Timbira, Nova Iorque, Lorêto, Balsas, Mirador, São Bento, São João Batista, Viana e Turiagu.

Não são realizadas dragagens nos rios. Anualmente procede-se a uma limpeza de desobstrução precária dos principais rios navegáveis: Maranhim, Pindaré, Itapecuru, excepcionalmente outros rios como o Grajaú e o Balsas.

É um transporte deficitário, que varia conforme as safras agrícolas..

O desenvolvimento da indústria do óleo babaçu necessita de um escoamento normal de acordo com a produção. Assim considerando, haveria necessidade de um transporte de 20 em 20 dias, para levar óleo para o sul do país, numa média de aproximadamente 3 000 toneladas em cada período,

O gado é transportado nas chamadas "gabarras" que são barcos a vela, com amplo porão de lastro e areia.

TRANSPORTE AÉREO

Existem no interior, campos de pouso para aviões, em Codó, Caxias, Grajaú, Balsas, Imperatriz, Barra do Corda, São Bento, Pinheiro, Cururupu, Carolina e ainda campos menores em outras 72 localidades.

As Companhias aéreas que servem as cidades acima citadas são a Vasp, Paraense, Cruzeiro do Sul e Varig.

RODOVIAS

Há 1 km de estrada construída para 189 km². Apenas 60 km são pavimentados de banho asfáltico.

Rodovias principais:

- BR 21: Peritoró - Porto Francisco e São Luís - Peritoró, totalizando 812 km.
- BR 22: Alto Alegre - Pindaré Mirim e Peritoró - Timon, totalizando 230 km.
- BR 24: nos trechos Balsas - Barão de Grajaú - Balsas e Carolina: 541 km.
- BR 14: nas divisas do Maranhão com Pará e Goiás, 231 km.
- BR 51: Presidente Dutra - Colinas, 100 km.

FERROVIA

A Estrada de Ferro São Luís - Teresina, da Rede Ferroviária Federal, atende ao transporte dos principais produtos dos municípios pelos quais passa: São Luís, Rosário, Itapecuru, Cantanhede, Pirapora, Cozão tá, Timbiras, Codó, Caxias e Timon, no Maranhão e Teresina do Piauí.

A extensão total dessa ferrovia é de 525 km, contando com 39 locomotivas a vapor e 4 à Diesel, elétricas. Dispõe de 1 038 trens, sené

do 883 para passageiros e 155 para carga.

O babaçu e o arroz são responsáveis por mais de 50% do total de carga transportada pela São Luís - Teresina.

Telefonia

Rêdes telefônicas nos municípios do interior do Estado:

Caxias - 200 linhas;

Bacacabal - 100 linhas

Pedreiras - 100 linhas

Codó - 50 linhas

Coroatá - 25 linhas

Imperatriz - 50 linhas (ainda em montagem)

Existem ainda vários telefones em estações ferroviárias do Estado.

Departamento de Correios e Telégrafos

São 88 agências do Departamento de Correios e Telégrafos, distribuídas pelo Estado maranhense, entre : postais, postais telegráficas, telefônicas e rádio telegráficas.

Usam para transporte da correspondência as vias aérea e de superfície (fluvial, ferroviária e rodagem).

Há agências distribuidoras e as não distribuidoras. A maior dificuldade encontrada no momento pelo D.C.T. - Maranhão, é a criação de novas agências para um atendimento total e a aquisição de pessoal para realização desse serviço.

Os agentes do interior são escolhidos entre o pessoal que já presta serviços ao D.C.T.

Agências postais radiotelegráficas: Alcântara, Alto Parnaíba, Cândido Mendes, Carolina e Primeira Cruz.

Agências Postais telegráficas: Anil, Arari, Axixá, Bacabal, Balsas, Barra do Corda, Buriti, Caxias, Codó, Colinas, Coroatá, Cururupu, Dom Pedro, Grajaú, Itapecuru, Loreto, Imperatriz, Parnarama, Pirapemas, Postos Bons, Pedreiras, Penalva, Pindaré Mirim, Pinheiro, Porto Franco, Riachão, Ribamar, São Bento, Timbiras, Mariaçu, Urbano Santos, Viana, Vargem Grande, Vitória do Mearim, Vitorino Freire, Rosário.

Agências Postais Telefônicas: Anajatuba, Barão do Grajaú, Amarante, Ca-

9.
jari, Cajapió, Guimarães, Catumbi, Icatu,, Ipixuna, Mariánópolis, Matinha, Monção, Montes Altos, Morros, Mirador, Mirinzal, Palmeirândia, Presidente Dutra, Paraíbano, Passagem Franca, Perim Mirim, Piqui, São Domingos, Sucupira, São Benedito do Rio Preto, São João dos Patos, São Francisco do Maranhão, São Vicente Ferrer, Sta. Inês, S. Raimundo, São Felix das Balsas, São João Batista e Humebrto deCampos.

Agências Postais: Bacuri, Cantanhede, João Paulo, Lago do Junco, Pio XI, Praia Grande, Santa Helena, Tum tu, LimaCampos, Bequimão, Sambaíba e Santa Luzia.

AGRICULTURA

O Maranhão tem sua situação econômica definida no setor agrícola que participa com 62% da renda gerada no Estado.

De sua população, 83,5% situa-se no quadro rural, sendo que neste vamos encontrar dois tipos de estabelecimento que predominam:

1º- as grandes propriedades sem ocupação total da terra. As propriedades com mais de 1 000 ha, ocupam ~~uma área de~~ 45,7% da área total;

2º- propriedades de menos de 10 ha, onde a lavoura ocupa toda a área.

Há predominância da lavoura sobre a pecuária em relação ao número de braços e estabelecimentos, havendo predominância daqueles sobre estes, em áreas de ocupação.

Cultiva-se algodão, arroz, cana de açúcar, milho mandioca, feijão. E ainda: fumo, laranja, banana, pepino, tomate, jerimum, maxixe, melancia.

Algodão

É plantado no início da estação das águas: em dezembro ou janeiro, do litoral até o vale médio dos quatro principais rios;

- em novembro ou dezembro no vale alto dos principais rios, ou seja no meio sertão;

- em outubro ou novembro no alto sertão ou sul do Estado.

- em abril e maio planta-se o algodão herbáceo na região do



ZONAS CLIMÁTICAS

para efeito de plantio

1 - LITORAL E BAIXADA

2 - MÉDIO SERTÃO

3 - ALTO SERTÃO

ZONA DE

PRODUÇÃO DO

ALGODÃO



ZONA

delta parnaíba.

A colheita é feita cêrca de 270 dias após o plantio. O algodão arbóreo produz duas colheitas, depois do que a área de transforma em capoeira para se soltar o gado.

Não há produção de algodão em tóda extensão litorânea, constando-se apenas, mancha de média produção em Araióses, ocorrendo por conta da fertilidade do delta parnaíba.

Está bem caracterizada a área de forte produção, constituindo-se numa panela que desenvolve-se de leste para oeste e abrangendo o vale médio e alto dos rios Itapecuru, Mearim e Pindaré, com incursões em municípios adjacentes que flutuam como grandes ou médios produtores em determinadas safras.

Arroz

O arroz é plantado no início das águas, mas sempre depois do milho, encontrando-se já bem fria, a terra.

Épocas de plantio:

- de janeiro a fevereiro no litoral até os vales médios do Parnaíba, Itapecuru, Mearim e Pindaré;
- dezembro no alto Itapecuru, Mearim e Parnaíba;
- novembro no sul do Estado;
- abril a maio no delta parnaíba.

A colheita é feita quatro meses após o plantio. quando as terras são muito férteis permitem duas colheitas.

Pelo mapa de produção, verifica-se que o cinturão de arroz no Maranhão acha-se compreendido entre os vales dos rios Mearim, Itapecuru, Pindaré e Parnaíba, abrangendo maciça área com intrusões nas adjacências, quase sem haver solução de continuidade. A anomalia de Araióses é explicada pelo fenômeno deltaico.

Cana de açúcar

Planta-se:

- de junho a setembro no litoral e na baixada. Faz-se a colheita (corte) a partir de junho, pois o plantio coincide com a época do corte;

ZONA DE

PRODUÇÃO DO

ARROZ

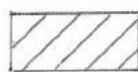


ZONA

ZONA DE

PRODUÇÃO DA

CANA DE AÇÚCAR



ZONA

- de maio a julho no alto e médio sertão.

No mapa de produção vamos observar manchas esparsas no litoral-Araióses, Cururupu e Guimarães. A produção cresce na região centro leste em mancha quase compacta, sobressaindo-se os vales médios e alto do Mearim, Itapecuru e Parnaíba. O alto sertão destaca-se nessa cultura, havendo completa ausência da produção nas regiões noroeste e sudoeste.

A lavoura de cana de açúcar é tradicional no Estado e os engenhos fabricam aguardente e rapadura, principalmente.

Apenas Cururupu e Guimarães têm usina de açúcar. Há uma certa diferença entre os engenhos do sertão e os do litoral ou da baixada. Ali há melhor produção e chegam a obter o açúcar mascavo.

Feijão

O feijão é plantado:

- nos meses de maio e junho, do litoral ao vale médio dos 4 principais rios;

- fevereiro ou março no médio sertão;

- fevereiro no alto sertão.

A colheita é feita de acordo com a variedade e a produção média em nosso Estado é de 500 quilos por ha.

A zona produtora de feijão localiza-se no vale médio dos rios Mearim e Itapecuru. Assinala-se, ainda para o feijão, o fenômeno deltaico do rio Parnaíba em Araióses.

As manchas de média produção, muito esparsas, distribuem-se assimetricamente em quase todo o território do Estado. Pela relação de municípios de média e grande produção, verifica-se a insignificância da produção de feijão no Estado, pois nenhum município chegou a atingir 6 000 t por ha. e a produção total não chega a alcançar 20 000 toneladas.

Mandioca

É plantada no início das águas excetuando-se o litoral que devido às chuvas eventuais de setembro, planta nesse mês.

70 municípios maranhenses têm significativa produção de mandioca. Essa produção não é comandada pelos ^{vales} dos rios, mas sim pela tradi

ZONA DE

PRODUÇÃO DO

FEIJÃO

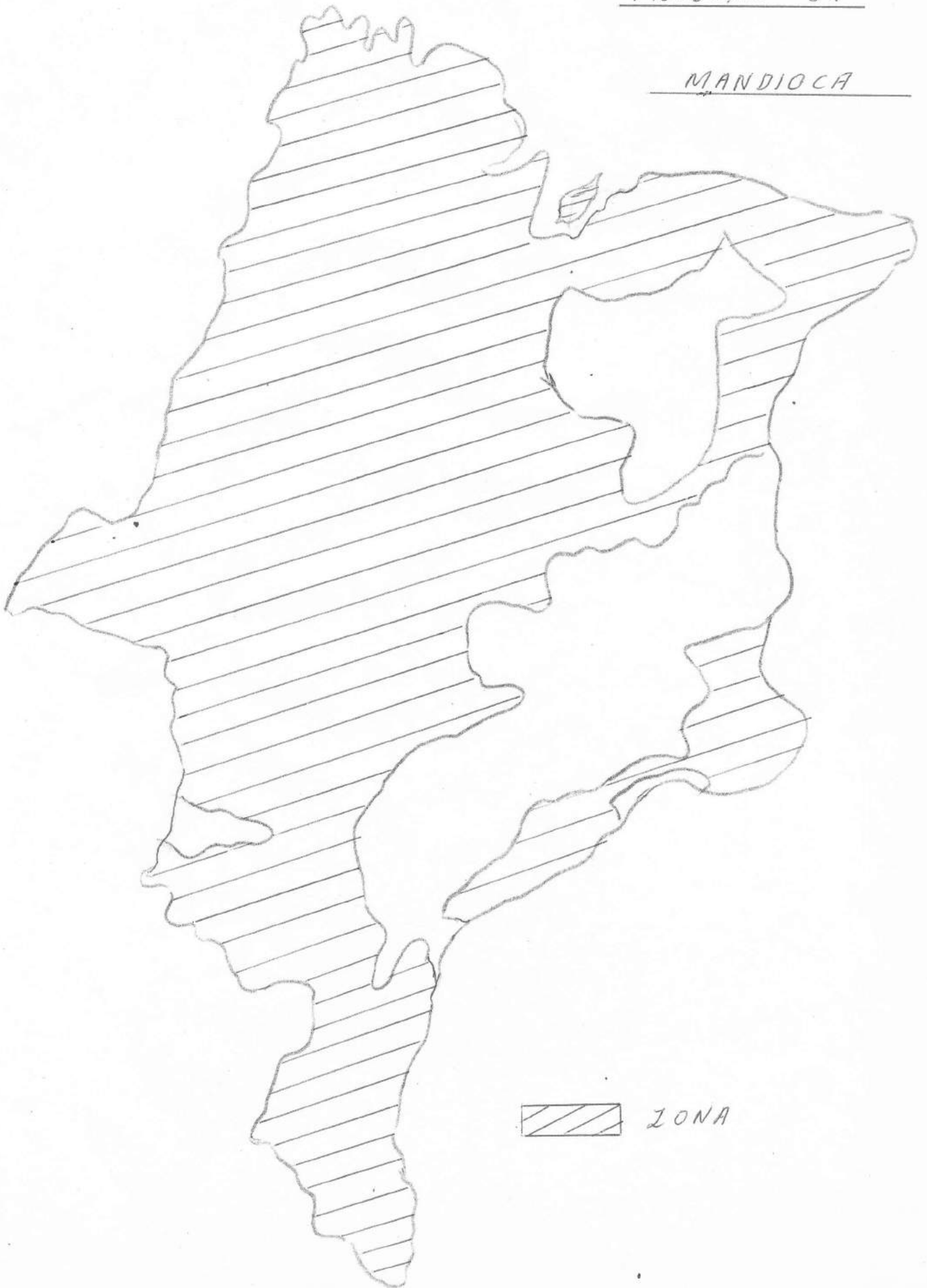


 ZONA

ZONA DE

PRODUÇÃO DA

MANDIOCA



 ZONA

ção histórica ligada aos hábitos indígenas de plantio de mandioca para a farinha.

A farinha seca é produzida no alto e médio sertão e a farinha d'água é produzida na baixada e no litoral.

A tequira, aguardente feita de mandioca, é produzida em maior escala no vale do rio Mearim e no município de Barreirinhas.

Milho

O milho é plantado:

- em janeiro no litoral até o vale médio dos 4 principais rios;
- em dezembro no vale alto dos principais rios;
- em novembro no alto sertão.

Há pequeno plantio de "vazante" quando do abaixamento das águas do delta parnaibano e no rio Itapecuru.

É sempre plantado antes do arroz.

No litoral surgem dois municípios produtores; na baixada outros dois, para então projetar-se a região de compacta mancha: no vale médio dos principais rios.

Considerações gerais

Num esquema geral há 741 000 ha de área cultivada, das quais a proximadamente 500 000 ha destinam-se a produtos alimentares:

- 445 000 ha : cereais
- 42 880 ha: leguminosas
- 8 311 ha : frutas
- 10 121 ha : outras culturas.

Considerando as regiões, são estes seus principais produtos agrícolas:

Zona do Baixo Mearim: algodão, milho, cana de açúcar, feijão, arroz e mandioca.

Zona do Tocantins: feijão e mandioca.

Zona do Itapecuru: mandioca, cana de açúcar, arroz, algodão, milho e babaçu.

Zona do Pindaré: arroz e algodão.

Zona do Médio Parnaíba: algodão, milho, cana de açúcar, arroz e babaçu.

ZONA DE

PRODUÇÃO DO

MILHO



ZONA

São as safras agrícolas, correspondentes as seguintes épocas:

milho: agosto e setembro;

feijão: agosto e setembro;

arroz: maio e junho;

cana de açúcar: julho e setembro;

mandioca: junho e julho.

PECUÁRIA

Os rebanhos vivem nos campos, poucos criadores cuidam da formação de pastos e aguados, não recebem assistência sanitária. Em consequência é alarmante o número de perdas na indústria pastoril. Não obstante, os criadores conseguem boa margem de lucros. Eis porque difícil é convencê-los a uma racionalização da maneira de criar. Porém, fruto de intensa campanha, já demonstram alguns criadores da Baixada Maranhense, Lago do Junco e Carolina, grande interesse na criação organizada.

A população bovina do Maranhão é de 1 973 413 cabeças, no valor de NGr\$ 157 873 640,00. O valor não corresponde a quantidade, não só pela qualidade pouco apurada dos animais, como pelos precários meios de transportá-los.

No comércio interno o maior centro consumidor é São Luís e no comércio com outros Estados, exporta-se gado, principalmente para o Piauí, Pará e Goiás.

Sob o ponto de vista da pecuária o Estado do Maranhão pode ser dividido em 7 zonas:

I- Zona do Litoral

II - Zona da Baixada

III - Zona do Itapecuru, incluindo o baixo Parnaíba

IV - Zona do alto e médio Parnaíba

V - Zona do Baixo e Alto Mearim

VI- Zona do Tocantins

VII - Zona do Gurupi e Pindaré.

I- Zona do Litoral

O gado predominante é o crioulo, aparecendo alguns mestiços de zebu, predominantemente da raça gir.

O sistema de criação é ultra extensiva, não se encontrando pastagens artificiais, cercados e outros melhoramentos nas propriedades. Merece destaque o município de Cururupi onde a pecuária vem sendo racionalizada.

No litoral norte, excluindo a ilha de São Luís, os rebanhos: bovino, suíno, equino, asinino, mular, ovino e caprino, são pequenos, dos menores do Estado.

Os animais são exportados para São Luís e Pará.

É a ilha de São Luís o único centro de importância na criação de gado e de leite no Estado.

Considerando-se a quantidade mínima de 150 gramas de leite por dia para cada habitante, conclui-se que São Luís necessitaria de 30 000 litros diários. Produz apenas 6 000 litros, ou seja, 20% do que necessita para seus 200 000 habitantes. Há u'a média de 11,3 gramas de leite por dia para cada habitante, cota essa que está bastante distanciada do mínimo: 150 gramas diárias.

O sistema de criação nas principais granjas leiteiras é de semi-estabulação ou estabulação permanente.

Suinocultura

A criação é de quintal e de granja. Os bons produtos obtidos são vendidos para criadores da capital e do interior.

Não tem destaque em São Luís a ovinocultura, criação de equino, caprinocultura, asininos e muares.

É pequena a importância dessa zona na economia do Estado, sob o ponto de vista agro pecuário. Mais destaque merece a descoberta de imensa bacia petrolífera.

II- BAIKADA

Este é o principal centro abastecedor de carne da Capital.

O gado criado é do tipo crioulo. Nota-se também a presença de bom número de animais puros da raça Gir, Nelore e Guzerá.

O gado é exportado para São Luís por via marítima e para Belém por via marítima e terrestre.

No município de São Bento e no povoado de Bacurituba em Cajapió, existem pequenas indústrias caseiras de fabricação de queijo.

Os campos da Baixada podem assim ser classificados:

a- campos baixos: Pinheiro, São Bento, São Vicente, Viana, Cajari, Matinha, Palmeirândia e Penalva.

b- campos têzoz (campos não inundáveis na época das cheias): Cajapió e Santa Helena.

c- campos mistos: Vitória do Mearim e Anajatuba.

As épocas de chuva dão origem ao nomadismo da criação da Baixada que, dos campos inundáveis, passam para os têzoz. A estigagem é outro problema regional. Pela falta de alimento é considerável a perda de gado. Nos campos baixos dá-se o inverso. O excesso de água traz a tolamento, o amontoamento e o extravio nas matas, bem como as consequências resultantes do desabrigo.

A Baixada é a zona de maior concentração bovina do Estado, mas seus animais são os que possuem o menor peso médio.

Suínocultura

Possui também considerável rebanho de suínos que é criado à solta, não havendo vacinação do rebanho e nem práticas racionais. O porco é marcado na orelha para conhecimento do proprietário.

Bubalinocultura

Encontra-se em início a criação de búfalos na Baixada, havendo sucesso nessa criação.

Equinos e muares

É bem grande a criação nessa região. Em menor escala há ainda a criação de ovinos e caprinos.

III- ZONA DO ITAPECURU E BAIXO PARNAMIRÁ

É a chamada zona do boi arrobeirão. É onde o gado bovino atinge o maior peso médio por cabeça.

A região apresenta campos naturais próprios para as atividades pecuárias.

A maior parte do gado é crioulo, mas há também um elevado número de mestiços ou zebus.

Suínocultura

O rebanho suíno dessa zona é o maior do Estado. Entretanto, o tipo criado, é o do porco comum. Em algumas propriedades já foram in

troduzidos o Durac-Jersey e o Hampshire.

Caprinos e Equinos

A criação de caprinos nesta região ocupa o segundo lugar no Estado e possui o maior plantel de equinos.

Asininos

É também a de maior plantel de asininos do Estado.

É regular a criação de muares e ovinos.

IV- ZONA DO ALTO E MÉDIO PARNAÍBA

Oferece uma uniformidade de terras e de clima, é um terreno de natureza argilo-arenosa.

A margem dos rios, encontramos pequenas matas, sem seguida grandes tablados uniformes, campos semeados de palmeiras.

O gado bovino da região é do tipo crioulo em sua quase totalidade. Os métodos de criação adotados são antiquados; é criado em autêntico sistema ultra extensivo. São animais de pequeno porte e pouco peso.

No verão os criadores enfrentam o problema da falta d'água.

É elevado o número de bovinos e são encontradas nesta região, fazendas que possuem o maior número de animais.

Caprinos e ovinos

Possui o maior rebanho de caprinos e ovinos do Estado.

Equinos, asininos, muares e suínos

É regular a criação.

V- ZONA DA BAIXADA E ALTO MEARIM

Esta é a grande sede da lavoura maranhense, mas a pecuária ainda aí é também encontrada.

O gado é do tipo crioulo e há também mestiços. Em algumas fazendas já foram introduzidas práticas racionais de criação. O sistema é semi extensivo sendo que há alguns currais e abrigos para os animais.

Suinocultura

Numericamente é bem desenvolvida. Alguns criadores já vacinam os animais e os prendem em chiqueiros para passar a noite.

Equinos, asininos e muares

É desenvolvida regular criação.

Caprinos

Ocorre em menor escala esta criação.

VI- ZONA DO TOCANTINS

Enquadra-se, grande parte, nas características da região Norte. Apresenta uma boa porção de matas e campos naturais propícios à pecuária. Os bovinos, são na maioria, da raça zeburina. Os criadores adotam práticas racionais de criação e geralmente possuem cercados, agudos, currais e se preocupam com o problema das pastagens. É também dispensada assistência sanitária aos rebanhos, estando a vacinação bem difundida.

O município de Carolina é conhecido por sua pecuária..

Nesta região, encontramos criadores que compram gado magro para engorda e revenda.

Suínos

Criação regular.

Equinos,, asininos, muares, bovinos e caprinos

A criação é feita em pequena escala.

VII - ZONA DO GURUPI E PINDARÉ

Os bovinos são do tipo crioulo, criado extensivamente. O gado da região é comercializado com São Luís e com Pará.

Os demais rebanhos são pequenos.

TRANSPORTE DE BOVINOS

É terrestre, ferroviário, marítimo, fluvial e aéreo, conforme o serviço de transporte da região. Em Carolina, os animais embarcam abatidos, em aviões, para os centros consumidores.

Os bovinos da Baixada e do Litoral vêm em barcos à vela, com porão amplo com lastros de areia, sendo que os animais são amarrados e jogados no porão, retirados ao chegar ao matadouro de São Luís, por processos primitivos. Essa maneira, causa grandes baques nos animais.

BACIA LEITEIRA

Comprende os municípios da ilha de São Luís, Caxias, Codó e Rosário. Esses municípios produzem juntos u'a média de 10 000 litros de leite, colocando o Estado maranhense com u'a média de consumo "per capita" das mais baixas do país.

AVICULTURA

Das regiões Norte e Nordeste, é o Maranhão o que apresenta maior população avícola e melhores condições. Existem 8 282 517 cabeças.

O regime de criação é ultra extensivo.

A comercialização dos produtos avícolas é realizada da seguinte maneira: o intermediário vai aos municípios produtores, onde adquire os produtos de propriedade em propriedade, ou então nas feiras das cidades. São revendidos diretamente ou então ao atacadista localizado na feira municipal. As aves são colocadas em cofos ou em caixas de querosene.

Municípios, possuidores de maior densidade populacional e de acordo com a zona fisiográfica, que mais contribuem para o abastecimento da capital do Estado:

- zona de Itapecuru: Codó, Coroatá e Ipixuna;
- zona do Baixo Mearim: Pedreiras e Barra do Corda;
- zona do Alto Mearim + Mirador.

Considerações gerais

O Estado ocupa o segundo lugar, entre as regiões do Norte e Nordeste na criação de gado. Apesar dessa classificação, para completar, no entanto, o consumo de sua população, é necessário importar gado em pé do Piauí e do norte de Goiás.

O rebanho é na sua quase totalidade constituído de animais para corte que atingem a idade para abate, entre 5 a 6 anos, e o tipo mais comum é o crioulo.

O sistema de criação ultra extensivo, com o gado sem cuidados e ao desabrigo faz com que a produção apresente grandes baixas, sendo o índice de mortalidade de bezerros, bastante elevado. Também a pobreza das pastagens deficientes em sais minerais, contribuem para que o gado não apresente condições satisfatórias. Sente-se a necessidade de levar técnicas de criação aos pecuaristas para que se tente melhorar a produção através de sistemas modernos e racionais de criação.

A bubalinocultura, introduzida em 1 962 no Estado e contando atualmente com um plantel de 1 080 cabeças, vem apresentando resultados satisfatórios, o que faz pensar ser interessante introduzir em maior escala essa cultura.

Outro problema enfrentado pelos criadores de gado, vem da ação

Nº de cabeças

ZONAS	PECUÁRIAS	BOVINOS	EQUINOS	ASININOS	MUARES	SUINOS	QUINOS	CAPRINOS
I	ZONA DO LITORAL	189350	21835	9498	12527	167530	28420	2857580
II	ZONA DA BAIXADA	335000	81050	8145	20010	353500	30035	44130
III	ZONA DO ITAPE-CURU E BAIXO PARNAÍBA	4021158	88883	55640	36109	137115	51119	201027
IV	ZONA DO ALTO E MÉDIO PARNAÍBA	359255	51630	54192	21200	453800	99625	271400
V	ZONA DO BAIXO E ALTO MEARIM	302990	52850	44190	49590	682950	42400	78650
VI	ZONA DO TOCANTINS	158350	21630	1400	4800	241000	13520	14300
VII	ZONA DO GURUPI E PINDARÉ	40600	3960	3365	6810	66000	4020	16250

dos ladrões, que se faz sentir, mórmente nosmunicípios de São João Batista, Cajapió, São Vicente Ferrer, Viana, São Bento e Penalva. Muitas são as cabeças levadas pelos ladrões de gado, ocasionando sérios prejuízos ass criadores.

Comparando-se aos trabalhadores agrícolas, tem o vaqueiro maranhense, melhor padrão de vida.

Há distinção entre o vaqueiro do litoral e o da Baixada e o do Sertão. O do sertão, às vèzes, é agricultor. O do litoral e baixada, são também pescadores. E, todos são caçadores.

A suinocultura maranhense ocupa o 1º lugar, numericamente, entre as do Norte e Nordeste. Mas, é também o nosso Estado, o maior exportador de porco com cisticercose e de menor média de pêsso.

O abate processa-se no quintal do criador ou do consumidor.. Por essa razão, a carne suína não sofre inspeção de saúde.

Os maiores criadores de porcos são osmunicípios de Codó, Chapadinha e Coroatá. O sistema de criação é ultra extensivo.

Noscampos baixos, existe a habitação girau, casas de palha firmadas em grossas paliçadas que fazem corpos com o andar habitável. Normalmente, o andar térreo é usado como chiqueiro para porcos. Este quadro é bastante comum nos campos de São Bento.

Durante as cheias normais e as grandes cheias, êste tipo de morada só é acessível às canoas e igarités..

ABASTECIMENTO

A alimentação utilizada com mais frequência pela população, independentemente da quantidade consumida e do nível de renda, é constituída de arroz, açúcar, carna bovina, café, farinha, de mandioca, peixe, pão, cebola, feijão e banana.

Todos êsses produtos são consumidos por mais de 90% da população destacando-se o arroz, cujo consumo foi declarado por 100% dos declarantes.

70% a 90% consomem tomate, manteiga, macarrão, ovos e batatas.

Produtos alimentícios importados

- manteiga e queijo de Minas Gerais;
- carne sêca e charque , de Goiás e Rio Grande do Sul;

- presuntada e carnes em conserva, de Minas Gerais e São Paulo;
- azeite comestíveis, do Ceará e Rio Grande do Norte;
- doces (goiabada e Bananada), de Pernambuco;
- açúcar cristal, de Pernambuco e Alagoas.
- café, de São Paulo e Guanabara.

O transporte mais comum é o rodoviário, havendo também o marítimo e o aéreo.

Produtos alimentícios oferecidos pelo Estado

- arroz: estima-se que a produção atual do Estado supere a 500 000 toneladas;
- milho: é exportado para Amazonas, Pará e Pernambuco;
- verduras e hortaliças: tomate, alface, couve-flor, repolho, jerimum, maxixe, quiabo, vinagreira e João Gomes;
- frutas: a mais consumida é a banana. Há produção de abacaxi, banana, laranj, mamão, abacate, manga, côco de praia, melancia, jaca, açai ou juçara, etc.
- carnes: bovina, suína, peixes. Os peixes mais consumidos:
- água salgada: cavalo, pedra, pescada, enxóva, serra, xaréu, bandeirada, uritinga e garajuba. Da água doce: surubim, mandi, traíra, cascudo, piáu, pirapema, pescada, curimatá;
- leite: o leite "in natura" é tratado nas vacarias com o mínimo de higiene, sem a devida fiscalização veterinária do gado. Há mistura do leite natural com leite em pó para acréscimo da produção leiteira. Tem também elevada dosagem de água natural, propiciando desta maneira, maiores lucros aos produtores. Assim devido à falta de um sistema de rigorosa fiscalização, vem perdendo o leite, em muito, sua capacidade nutritiva;
- farinha de mandioca: produzida em Penalva, Brejo, Barreirinhas, São João Batista, Morros, Itapecuru Mirim, Viana, Urbano Santos, Chapadinha, Icatu, Rosário, Buriti, etc.

INDÚSTRIA

A industrialização do Maranhão não se processa devido às condições da infra estrutura, destacando-se entre outros fatores:

- carência de energia elétrica;
- de rodovias, de porto, marítimo;
- de uma apropriada estrutura de formação de mão de obra especializada para a indústria;
- de maquinário moderno.

Existem no Maranhão, 1 473 estabelecimentos industriais, de acordo com o cadastro industrial do Estado levantado em 1 964 pelo Departamento Estadual de Estatística e parcialmente atualizado com dados fornecidos pela Associação Comercial.

De todas essas indústrias, a de extração de óleo babaçu é a que tem maior significação, considerando o valor da produção: mais de NCr\$ 37 000 000,00 em óleo exportado. Em termos econômicos, está o Estado quase limitado a essa indústria, embora esteja a mesma em fase primária. Ainda não há a fabricação de óleo refinado (gordura comestível) com exceção a uma das usinas que operam na Capital. Algumas delas aproveitam pequena parte do óleo no fabrico de sabão, sabonete e outros produtos fabricados..

As indústrias maranhenses são, em quase sua totalidade, meras supridoras do produto intermediário para as indústrias do Centro Sul, o que evidencia uma transferência de renda para aquela região.

Apesar de o Estado ter uma das maiores reservas de oleaginosas, a Sudene e o B.N.B em recente estudo, concluíram e demonstraram que as indústrias de óleo estão trabalhando apenas a 40% de sua capacidade instalada. É importante notar que essa indústria tomou um notável incremento de 1 963 para cá e quase toda ela foi construída com recursos próprios.

A indústria têxtil que já mereceu certa projeção, desapareceu quase que completamente.

As usinas de beneficiamento de arroz e algodão estão da mesma forma, caminhando para o desaparecimento. As de arroz, quase todas obsoletas, incapazes de efetuar um beneficiamento adequado às exigências do mercado.

Há boas perspectivas de instalação de indústrias de base como a de cimento e derivados do petróleo.

ARTESANATO

As principais atividades artesanais são:

- carpintaria: aproveitando a madeira abundante, os artesãos fazem tamboretos forrados com couro de cabras, pilão, m^ocho, mesas, bancos, cochos para animais, cangalhos, canoas, carros de bois, tórno para cerâmica, armários, tambores, etc;

-cerâmica: olaria (fabricação de telhas e tijolos). Poucos artesãos sabem trabalhar o barro para obter peças mais aperfeiçoadas, como potes, moirings, bilhas, bacias, cuscuzeiros, filtros, jarros e outros utensílios.

- artesanato de couro: nos poucos cortumes existentes são tratados couros de bode, ovelha, gado bovino, caititu, gato maracajá, onça, veado, etc. Alguns couros são vendidos para outras regiões, apenas curtidos. Usa-se casca de angico para tratamento do couro;

- cestaria e outros trançados: com fibras vegetais existentes em abundância na área. Com palhas de babaçu faz-se esteiras, cofos, abanos. Com a embira do talo do babaçu faz-se o tipiti, usado para secar a massa de farinha de mandioca e também muito usado para decoração de residências típicas. Com a fibra do tucum se faz r^edes, tarrafas, cordas.

As r^edes de algodão são tecidas em teares primitivos e raros são os artesãos que sabem confeccioná-las.

Com taboca e guarimã faz^{em}-se peneiras, urupemas, cestos, etc.

Mapeamento do artesanato no Maranhão

Arari - artefatos de couro

Barreirinhas - trançado em buriti: b^olsas e r^edes

Caxias - rendas

Morros - artefatos de madeira e cerâmica utilitária

São Bento - tecelagem : r^edes de dormir

Vitória do Mearim - artefatos de metal (ornamentos)

Peri Mirim - r^edes

Rosário - r^edes e cerâmica

Cururupu - uma iniciativa de trabalho manuais: bordados

Axixá - cerâmica

Barra do Corda - cerâmica

Tutóia - cerâmica

Alcântara - rendas

São Luís - fabricação de bonecas (bairros: Alemanha, Madre Deus e O-lho D'Água); fabricação de doces caseiros.

Em geral o objeto confeccionado destina-se ao uso da própria família, raramente indo a mercado. As razões:

- a- o poder aquisitivo da população local;
- b- deficiência ou carência de um sistema de comercialização que permita o escoamento da produção para outras regiões.

Em consequência, não há estímulo para o artesanato, dificultando o desenvolvimento do artesanato.

EXTENSÃO RURAL E COOPERATIVISMO

Embora outros fatores intervenham, a condição básica para a elevação das condições sócio-econômicas da população rural, é o aumento da renda monetária. A renda monetária é baixa porque o produtor rural vende pouco e vende mal em decorrência dos fatores:

- a- baixa produtividade do trabalho, terra e animal;
- b- nível tecnológico rudimentar;
- c- escassez de economia para investir;
- d- má qualidade do produto (falta de padronização);
- e- dependência do produtor ao comprador-fornecedor;
- f- inexistência de infra estrutura de comercialização.

O sistema cooperativista é o que melhor se apresenta, quer para superar as deficiências apontadas, quer para utilizar os recursos e subsídios que forem mobilizados.

D.A.C. - Departamento de Assistência ao Cooperativismo

Criado pelo decreto 3 019 de 1/4/65, substituindo assim o antigo serviço de Assistência ao Cooperativismo. Em síntese, são atribuições do D.A.C.:

- 1- executar no domínio de sua competência, os trabalhos previstos em convênios, ou acordos firmados entre o Estado e outras entidades;
- 2- proporcionar às cooperativas em geral, a necessária assis-

tência técnica e intensificar a propaganda e prática do sistema cooperativista;

3- proceder investigações sociais e econômicas que facilitem a organização e o desenvolvimento do cooperativismo, estimulando o espírito associativo;

4- receber e encaminhar devidamente informados, ao Orgão Federal competente, os pedidos de registros de cooperativas com sede no Estado;

5 - fazer cumprir as leis e regulamentos aplicáveis às sociedades cooperativas, bem como os Estatutos Sociais das Cooperativas.

Dentre as finalidades acima mencionadas o D.A.C. iniciou um amplo programa de restauração das atividades cooperativistas no Estado, ao mesmo tempo em que ministrou cursos sobre Cooperativismo, procurando assim motivar os associados das cooperativas, proporcionando-lhes, ainda, conhecimentos necessários a um melhor aperfeiçoamento do sistema contábil.

MIRA - Missão Interamunicipal Rural Arquidiocesana

Através de um encontro dos Bispos do Nordeste, um decreto presidencial criou um Grupo de Estudo de Cooperativismo no Maranhão, a fim de treinar líderes.

Atualmente existem 15 cooperativas organizadas sob a orientação da MIRA.

ACAR - Associação de Crédito Agrícola Rural

Recebe 60% de financiamento pelo Governo Federal e 40% do Governo Estadual. Procura firmar convênios com entidades tais como Associação Comercial, L.B.A., etc, para facilitar sua atuação.

Pensa na fixação do homem ao campo, conscientizando-o do valor do seu trabalho, das condições de saúde que pode e deve manter, do aprimoramento de técnicas agrícolas.

Não financia diretamente. Guida do estudo da idoneidade moral e das possibilidades para emprêgo do capital, daquele que solicita financiamento, encaminha-o ao Banco do Brasil ou do Estado,

com os quais têm convênios e dá orientação quanto à aplicação do recurso obtido.

Divide atualmente o Estado, em três regiões, considerando:

- a- condições de desenvolvimento;
- b- potencial econômico;
- c- agregados.

Mantém uma sede no município e uma equipe que se responsabiliza pela mesma e que através de uma condução dirige-se para um contato pessoal. As três regiões são:

- 1- ITAPECURU (sede) abriga Pedreiras, Rosário, Chapadinha, Brejo, Vargem Grande (escritórios).
- 2- PEDREIRAS (sede) abriga os escritórios de Lima Campos, Bacabal, Corontá, Dom Pedro, Caxias e Codó.
- 3- SERTÃO (sede) abriga os escritórios de Barra do Corda, São Domingos, Colinas e Presidente Dutra.

Tentam organizar um clube de homens, tendo em vista, um desenvolvimento sócio econômico a ser conhecido pelos seus frequentadores. Clube HO seria a denominação e daí pederiam partir cooperativas. Quando já encontram cooperativas organizadas e notam necessidade de orientação, havendo resistência, um elemento trabalhado pela A.C.A.R., procura a ela se associar, participando ativamente e influenciando os demais membros.

Organiza também o Clube de Senhoras, ministrando às associadas, lições de higiene, alimentação, puericultura, educação familiar. Promove cursos para as parteiras que já atuam na comunidade.

Clube 4 S - é uma atuação com jovens. Idade mínima - 10 anos e máxima 20 anos. Aí tentam formar líderes. Os líderes preparados realizam trabalhos voluntários, são observados, alguns enviam relatórios das atividades.

Contam com colaboração eficiente dos prefeitos e outras pessoas que atuam na esfera governamental dos municípios e há boa aceitação do trabalho pela comunidade. Inclusive preparam a comunidade para aceitar trabalhos de outros órgãos, como a C.E.M. ou mesmo as campanhas de vacinação promovidas pela Secretaria da Saúde.

Independem da Secretaria da Agricultura e não mantém escolas agrícolas. Fazem circular boletins informativos, volantes, quando possível utilizam o rádio para divulgação.

Metas propostas:

- atingir todos os municípios;
- até 1 971: abertura de 20 escritórios;
- maior entrosamento com outros órgãos para um trabalho conjunto.

ASSISTÊNCIA FINANCEIRA

Operam no crédito cooperativo do Estado, quase que exclusivamente a Agência do Bancô Nacional de Crédito Cooperativo e o Banco da Amazônia S.A., já que os demais Bancos oficiais não vêm efetuando financiamentos específicos às Cooperativas.

Baseado nos limites cadastrais das Cooperativas, o B.N.C.C. atende à forma de rotativo, bem como em financiamento que vão de 8 meses a 3 anos. Esse tipo de prazo é o mais usado, pois não tem havido grandes investimentos que necessitem de prazos mais longos.

É necessário preparar prévia ente o setor rural do Maranhão para pleitear e receber empréstimos através do crédito rural, garantidos nas modalidades da legislação em apreço:

- 1- penhor agrícola;
- 2- penhor pecuário;
- 3- penhor mercantil;
- 4- penhor industrial;
- 5- bilhete de mercadoria;
- 6- warrants;
- 7- caução;
- 8- hipoteca;
- 9- outras garantias.

As cooperativas agrícolas mistas são um instrumento ideal para a disseminação do crédito rural. Porém a falta de pessoa habilitada para dirigir esse tipo de associação e a inexistên-

cia de técnicos em contabilidade no interior do Estado, que mantêm atualizada a escritura contábil, fazem com que inúmeras cooperativas deixem de ser cadastradas no B.N.C.C. e conseqüentemente de receber financiamento.

Não tendo a devida assistência financeira e não possuindo armazéns e silos para estocagem da produção, conservam-se as cooperativas, incapazes de cumprir uma de suas mais significativas tarefas: a de racionalizar a comercialização agrícola, através da fixação de um verdadeiro elo entre o agricultor e os grandes centros consumidores do Estado, eliminando, as fases intermediárias da especulação.

Considerasse também que o Estado não possui cooperativas de pesca e artesanato em funcionamento normal. Pela significação que tem a primeira na solução do problema de abastecimento e a segunda, no aproveitamento das habilidades artísticas de grande parte da população normalmente sub ocupada, merecem considerações no sentido de se incentivar a formação de cooperativas que atendam a êsses ramos de atividade.

SAÚDE

Tendo o Maranhão uma população de mais de 3 200 000 habitantes, com uma das mais altas taxas de incremento demográfico do país, uma estrutura econômica frágil sustentando comunidades subdesenvolvidas, há de ter conseqüentemente, padrões sanitários sofríveis. Além a topografia, a pluviometria e o regime hidrográfico dos rios, concorrem para criação de condições propícias a proliferação de endemias e epidemias, facilmente propagáveis entre população de baixa resistência biológica, como é aquela que desfruta da baixa renda e precário regime alimentar.

Zonas como a da Baixada, por exemplo, sofrem as conseqüências do fenômeno das cheias e durante 4 meses ficam submersas, constituindo áreas de fácil proliferação de moléstias de veiculação hídrica. 39 000 km², 12% da área total, estão sujeitos a regimes de inundações provocadas pelos rios e lagos da baixada maranhense.

Eis, o que no setor saúde, se encontra:

a- a malária acomete aproximadamente 25% da população maranhense;

b- o número de verminóticos, situa-se em torno de 2 300 000 habitantes;

c- a gastroenterite é responsável pela elevada mortalidade infantil. Morrem no grupo etário 0 a 4 anos, 57 000 crianças ao ano;

d- as enfermidades respiratórias participam pesadamente do obituário geral;

e- estima-se em 25 000 o número de tuberculosos e 6 000 o de leprosos;

f- as enfermidades digestivas e ligadas ao parto e puérpera, são problemas consideráveis;

g- a esquistossomose, problema grave principalmente no litoral norte e zona da Baixada;

h- há frequentes surtos de varíola;

i- a vida média da população situa-se em torno de 29 anos, sendo a esperança média de vida, ao nascer, de cerca de 35 anos.

j- relação leito/habitante : 1 leito para 2 200 habitantes;

l- relação médico/habitante:

Estado : 1 médico para 10 860 habitantes;

Capital: 1 médico para 706 habitantes;

Interior: 1 médico para 116 208 habitantes.

O campo de saneamento básico apresenta uma situação de total insuficiência de serviços. Apenas 41 000 habitantes são servidos por sistema de esgoto, o que corresponde a um "deficit" de 98,72%. Dos 129 municípios, apenas 9 possuem sistema de distribuição de água, porém em operação insatisfatória, atendendo teóricamente a 125 000 habitantes, o que representa apenas 4% da população do Estado.

Atuam:

DNERu - Departamento Nacional de Endemias Rurais

Organiza e executa os serviços de investigação e promoção ao combate a leishmaniose, doença de Chagas, peste, brucelose, febre amarela, esquistossomose, ancilostomose, filariose, bócio endêmico, bouba, tracoma e outras endemias existentes no país.

A circunscrição do Maranhão está dividida em 4 setores, cada um abrangendo um certo número de municípios com postos instalados nas sedes municipais.

Setor Norte

Séde: São Luís

Municípios: Alcântara, Anajatuba, Paço do Lumiar, Pindaré Mirim, Peri Mirim, Ribamar, Icatum Morros, Primeira Cruz, Humberto de Campos, Itapecuru Mirim, Vargem Grande, Nina Rodrigues, Arari, São Bento, Cururupu, Bacuri, Turiagu, Guimarães, Pinheiro, Santa Helena, São Benedito do Rio Preto, Viana, Cajari, Chapadinha, Buriti, Brejo, Tutóia, Barreirinhas e São Vicente Ferrer.

Setor Centro

Séde: Pedreiras

Municípios: Lima Campos, Codó, Bacabal, Ipixuna, Caxias, Coroatá, Timon, Barra do Corda, Presidente Dutra, Esperantinópolis e Dom Pedro.

Setor Sul

Séde: Carolina

Municípios de Balsas, Imperatriz e Altoarnaíba.

Setor Sudeste

Séde: Barão de Grajaú

Municípios: Loreto, Colinas e São Domingos.

Pessoal

médios: 5; visitantes: 1; técnicos de laboratório 3; microscopista 11; guardas 145; auxiliar de enfermagem: 1, pessoal administrativo: diversos.

O plano de trabalho no Maranhão compreende todas as atividades concernentes às diversas campanhas: ancilostomose, bócio-endêmico, leishmaniose, peste e tracoma.

C.E.M. - Campanha de Erradicação da Malária

Dedica-se exclusivamente ao combate à malária.

Atende 36 municípios dos 129 existentes. 18 deles já contam com dois anos de atuação e aos outros 18 iniciou-se o atendimento este ano.

Divide o Estado em 4 distritos atendendo a:

- zonas fisiográficas;
- inter ligação de municípios para maior facilidade de comunicação.

Em cada distrito há um órgão autônomo com uma equipe coordenadora dos trabalhos. São os distritos:

- 1º- São José de Ribamar - interior da ilha;
- 2º- Codó;
- 3º- São João dos Patos;
- 4º- Imperatriz.

Todos êsses distritos enviam relatórios mensais à C.E.M. de São Luís, onde os relatórios são condensados em apenas um.

Desenvolvem o trabalho de seguinte maneira: no primeiro ano, há a fase de preparação, quando fazem o levantamento da região e preparo da comunidade para receber o serviço. Depois há 4 anos de ataque através de rocio, atendimento aos maleitosos, exames de sangue. Durante mais 3 anos continuam atuando, na fase que denominam consolidação. Após, continuam ou não atuando caso se manifeste a necessidade e sendo esta informada pela Secretaria da Saúde.

O pessoal atuante é selecionado na própria região onde se pretende trabalhar e daí enviado para cursos de treinamento nos distritos.

Quem prepara a comunidade para receber o serviço da C.E.M. são os inspetores da mesma. Houve um tempo em que êsse serviço deveria ser feito por uma educadora sanitária. Esta porém, queria permanecer nos distritos, recusando-se a sair a campo. Foi pois o quadro de educadoras sanitárias, extinto pela C.E.M. do Maranhão.

Não publicam devido à falta de verba, boletins informativos ou outra notícia qualquer a respeito do serviço. Os inspetores instruem através de contato pessoal mantido com os líderes da comunidade. Julga a C.E.M. que seria bom se êsse trabalho pudesse ser realizado pelas professoras. Considera que quando há necessidade de se ter um índice geral de malária em determinada localidade, recorre a uma população de 2 a 9 anos. É junto a essa população que seria de

grande proveito o trabalho da professora primária.

Para executar o rociado, encontra mais dificuldade de aceitação por parte das pessoas que tem melhores recursos financeiros. Já para o exame de sangue, são as classes menos abastadas que se recusam mais, citando certo versículo bíblico.

Estima-se em 800 000 o número de maleitosos do Estado, vindo a corresponder a 25% da população total. A.C.E.M. atende 45% da população atual e pretende até o próximo ano dar um atendimento total.

O municípios que recebem trabalhos da C.E.M. atualmente são: Igarapé Grande, Lima Campos, Matões, Parnarana, Pedreiras, Pirapemas, Poção de Pedras, Santo Antônio dos Lopes, São Mateus, Timbiras, Timon, Barão de Grajaú, Benedito Leite, Nova Iorque, São Francisco, São João dos Patos, Amarante do Maranhão, Carolina, Imperatriz, João Pessoa, Montes Altos, Porto Franco, Itapecuru Mirim, Momção, Paço do Lumiar, Pindaré Mirim, Ribamar, Rosário, Santa Rita, São Luís, Aldeias Altas, Bacabal, Cantanhede, Caxias, Codó, Coroatá.

Já conseguiram reduzir para 50% os casos de manifestação da moléstia nas áreas saneadas.

G.I.P.M. - Grupo Interdepartamental de Povoamento do Maranhão

A SUDENE possui um setor no Estado do Maranhão, G.I.P.M., destinado a executar um plano traçado por aquela Superintendência, na região de Pindaré. Este grupo possui uma Seção de Saúde que atua na área nova (Zé Doca) através de postos médicos e atuou em 1966 na unidade sanitária localizada em Pindaré Mirim, considerada área velha.

As atividades dessa Seção de Saúde dizem respeito a assistência odontológica, médico-curativa e preventiva, compreendendo esta última, as atividades de Educação Sanitária, Saneamento Ambiental, Imonização, Campanha de Tracoma e Campanha de Tuberculose-

L.B.A. - Legião Brasileira de Assistência

Atende especificamente a parte de maternidade e infância, mantém 3 unidades na Capital, localizadas no Lira, João Paulo e Anil. Atua no interior do Estado através de lactários nas cidades de Bacabal, São Bento, Coroatá, Pedreiras, mantendo ainda um posto de Pue-

ricultura na cidade de Barra do Corda.

ÁGUA E ESGOTO

Apenas 4% de nossa população possui água potável e 1,4%, rede coletora de esgotos sanitários. Esse porcentual é quase absorvido pela Capital que representa 30% na primeira indicação. E somente São Luís possui rede de esgotos.

Cururupu, Caxias, Codó, Coroatá, Carolina, Bacabal, e Ribamar têm serviços executados pela Fundação S. E. S. P. (Serviço Especial de Saúde Pública) e operados pelos Serviços Autônomos de Água e Esgoto, autarquias municipais fundadas através de Convênio firmado entre a Prefeitura e o F. S. E. S. P. (Fundação de Serviço Especial de Saúde Pública).

Pedreiras e Grajaú possuem serviços de distribuição de água precários, o primeiro de uma entidade particular e o segundo da Prefeitura.

Atualmente está se preparando serviços de abastecimento d'água em Alcântara e Sucupira do Norte. Programa a D. N. O. S. (executora da barragem de Batatanã) ainda para 1967, a construção de serviços de abastecimento d'água em Chapadinha, Brejo, São João dos Patos, São Benedito do Rio Preto, Gonçalves Dias e Pinheiro.

O DNREU apresentou dois projetos para abastecimento d'água em São Vicente Ferrer e São João Batista.

A C. A. E. M. A. (Cia. de Água e Esgoto do Maranhão), órgão subordinado diretamente a Superintendência da Fundação do Serviço Especial de Saúde Pública, tem a responsabilidade de operação e manutenção de unidades de saúde em municípios do Estado do Maranhão. Já perfurou poços em alguns municípios, estando executando serviços de água em Chapadinha, São Domingos e IPIXUNA.

SANEAMENTO EM GERAL

O único órgão estatal que atualmente trabalha nesse serviço é o D. N. O. S. que está realizando os seguintes serviços no Estado:

- dragagem no campo de Perizes.

- retificação do rio Mearim na cidade de Pedreiras;
- galeria para canalização do riacho "Pouca Vergonha, na cidade de Caxias;
- programar ainda aterro dos alagados na ilha de São Luís e na cidade de Codó.

Atualmente em vista da conjugação dos esforços de vários órgãos, tais como: CAEMA, DNERu, SUDENE, SUDEMA, etc, no campo de saneamento, há possibilidade de melhoria, porém a longo prazo, face às dificuldades financeiras e até de pessoal habilitado para realizar trabalhos em longa escala. Até o acesso de máquinas e equipamentos a certos lugares, é quase inviável.

O Maranhão ainda está na fase inicial de saneamento básico e face à pluralidade de órgãos que atuam no setor saneamento, verifica-se a necessidade de maior entrosamento de modo a evitar-se dualidade de planejamentos e previsões.

EDUCAÇÃO

A população em idade escolar não atendida, atinge a 66,5% do interior e a 26,3% na Capital (dados de 1966). O número de professores leigos é de 4 073 havendo 1 730 titulados.

Escolas Primárias Públicas e Particulares:

Capital- 89 (unidades)

Interior- 3 194 (unidades)

Escolas Técnicas (profissionais)

Capital:

Normal : 5

Comercial : 4

Industrial : 1

Agrícola : 1

Interior:

Normal: 26

Comercial: 3

Escolas de nível médio (1º e 2º ciclos)

Capital:

15 particulares

3 estaduais

1 municipal

2 federais

4 C.N.E.G.

1 entidade patronal

Interior:

16 C.N.E.G. ^{Campanha} (Nacional de Educandários Gratuitos)

44 particulares

Escolas de nível superior:

Capital: 8

O índice de analfabetos assinala 85% da população adulta.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Numaligeira análise da estrutura sócio- econômica do Estado, observa-se:

- a maior parte da população maranhense (83,5%) dedica-se a atividade primária;
- essa atividade processa-se através de técnicas das mais elementares, causando empobrecimento do solo e devastação de matas;
- a renda "per capita" é baixa, consequência que é da economia baseada no setor primário onde é fraca a agregação de valores;
- o incremento demográfico apresenta-se com uma taxa bastante elevada, ampliando o contingente de mão de obra rural e demandando ainda, mais bens de consumo;
- não há ainda infra estrutura que possa colaborar para a ocorrência de alterações nas atividades produtivas promovendo a elevação de padrões;
- alarmante número de analfabetos, 85% da população adulta;
- má qualificação para o trabalho;
- precários padrões sanitários.

Assim conhecendo, colocamos a educação como fator de relevância para se processar o desenvolvimento sócio-econômico.

Temos que, antes de tentar qualquer alteração nos termos das relações sócio-econômicas, é necessário e urgente educar.

Há uma crescente compreensão do valor do relacionamento de currículo com as condições econômicas e sociais, devendo a escola procurar ser um agente de melhoria do nível de vida de um povo. E, as inovações pedagógicas devem se basear na realidade sócio-econômica, como ponto de partida para ampliação dos estreitos limites de uma comunidade sub desenvolvida.

-/-/-/-/-/-/-/-/-

São Luís do Maranhão, setembro de 1 967

Thais de Almeida Dias
Thais de Almeida Dias

do "Programa de Assistência
Técnica em Educação"

ÍNDICE

	página
Maranhão - aspectos gerais	1
Recursos naturais	3
Transporte e comunicações	6
Agricultura	9
Pecuária	13
Abastecimento	19
Indústria	20
Extensão rural e cooperativismo	23
Assistência financeira	26
Saúde	28
Água e esgoto	32
Educação	33
Considerações gerais	34

DADOS COLETADOS:

Escola de Administração: Simpósio de Políticas Governamentais -
- fevereiro de 1967

SUDEMA

D.E.E. - Departamento Estadual de Estatística

A.C.A.R. - Associação de Crédito Agrícola Rural

C.E.M. - Campanha de erradicação da malária

D.C.T. - Departamento de Correios e Telégrafos

* * * * *